

Canal de Moçambique

“Este Governo deve ser muito comunicativo com o povo. Os membros deste Governo devem encarar o acesso à informação como um direito de cidadania consagrado na Constituição e na lei. A nossa acção deve ser alçada nos mais altos princípios da ética governativa, como a transparência, a integridade, o primado da lei, a imparcialidade, a equidade e a justiça social”. – Filipe Nyusi, Presidente da República de Moçambique; In: “Discurso da Tomada de Posse do Primeiro-Ministro, Ministros e Vice-Ministros”, proferido a 19 de Janeiro de 2015.



publicidade

www.canalmoz.co.mz

Maputo, Quarta-Feira, 15 de Abril de 2015

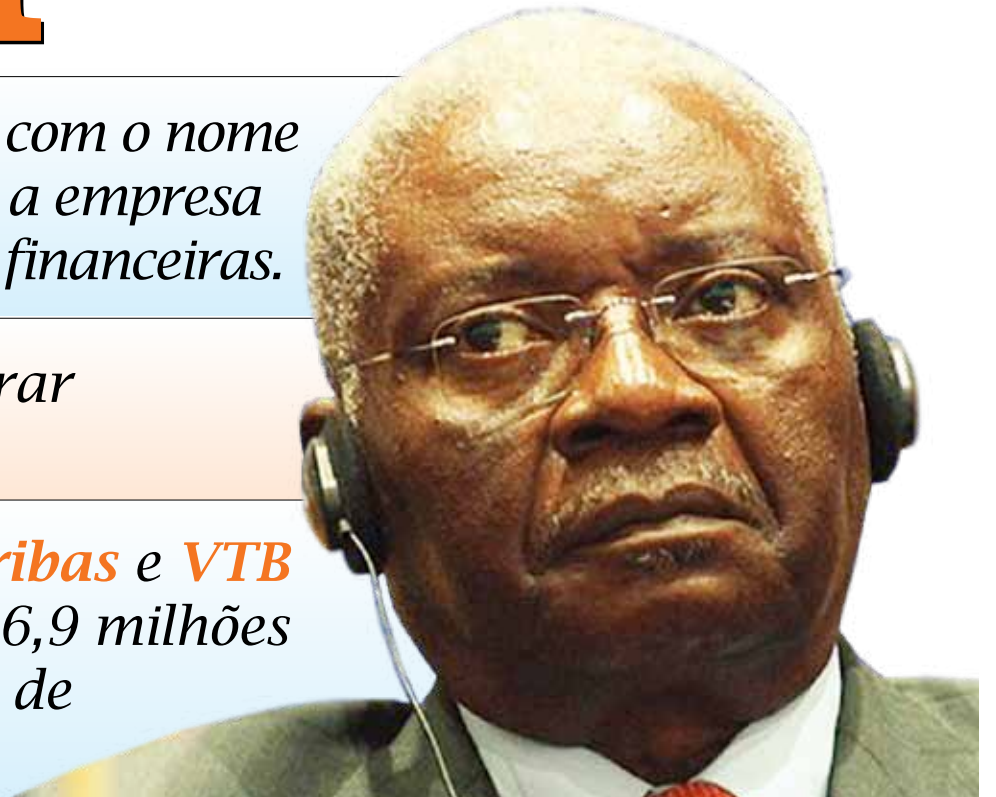
40 Meticais

Director: Fernando Veloso | Ano 9 - N.º 868 | N.º 300 Semanário

Um negócio privado usando Estado

Vende-pátria II

- Sede da **EMATUM** está na Holanda com o nome **Mozambique EMATUM Finance**. É a empresa privada que aparece nas operações financeiras.
- A **EMATUM** foi usada para comprar canhões de guerra e drones.
- Os bancos **Crédit Suisse**, **PNB Paribas** e **VTB Capital Moscovo** ganham USD 56,9 milhões por ano só em juros. Há comissão de USD 13,6 milhões.



Galiza Matos Jr. apanhado por Muchanga



Chumbou três vezes na 10ª classe

Pág. 5

publicidade

TERMINAIS
DO NORTE S.A.

Serviços:

- Estiva
- Peamento
- Empacotamento

- Conferência de cargas
- Superintendência
- Peritagens

- Aluguer de equipamentos portuários
- Gestão de terminais de carga especializadas
- Operações de logística
- Limpeza e reparação de contentores

10 anos ao serviço de Moçambique



Estrada Nacional Nr. 08, Porta 12 E-mail: info@terminais.co.mz Nacala - Moçambique

Destaques

EMATUM: um negócio obscuro que só Guebuza pode explicar

Matias Guente

A Empresa Moçambicana de Atum, abreviadamente designada EMATUM, SA, pode ser uma fraude financeira muito mais grave do que até aqui se sabe. Uma investigação aturada do **Canal de Moçambique** cuja primeira parte publicamos aqui, constatou que a EMATUM, SA, empresa criada em nome do Estado pelo então Presidente da República Armando Guebuza, o ex-ministro das Finanças Manuel Chang e Filipe Nyusi, então ministro da Defesa, tem uma outra sede na capital da Holanda, Amesterdão.

Mas lá a empresa está registada de uma outra forma. Chama-se “Mozambique EMATUM Finance 2020”. Está localizada no seguinte endereço físico: Herikerbergweg 238 Luna Arena. Tem a caixa postal 1101 CM, no bairro Amstell. Segundo os registos da Câmara de Comércio de Amsterdão, a EMATUM está registada como empresa privada, com o número 58587314. Estes dados podem ser consultados através do motor de busca comercial holandês “Drimble”.

Segundo os registos depositados em Amsterdão, na Holanda, a “Mozambique EMATUM Finance 2020” faz parte de uma “holding” internacional de finanças denominada “TMF Group HoldCo BV”, com a mesma localização que a EMATUM. A EMATUM é, portanto, um terceiro nível dentro da estrutura corporativa da TMF Group. Em linguagem corporativa holandesa equivale a um escalão mais abaixo da filial.

Toda esta informação não foi trazida para Maputo nem pelo então Presidente da República, Armando Guebuza, nem por Manuel Chang, então ministro das Finanças, que esteve com Guebuza na assinatura dos contratos de contratação da dívida (“eurobonds”) e do contrato de fornecimento dos barcos com a empresa “Construction Mecanique de Normandie” (CMN), localizada

Registo oficial e endereço da EMATUM em Amsterdão

EMATUM em Moçambique.

O primeiro relatório de contas da EMATUM e as omissões do PNB Paribas e do banco VTB Moscovo

O relatório de contas da EMATUM lavrado pela filial moçambicana da auditora Ernest & Young, a que o “Canal de Moçambique” teve acesso, indica que toda a linha de crédito da EMATUM foi através do banco Crédit Suisse International. Refere o relatório que, a 5 de Maio de 2013, foi negociada uma linha de crédito (“Facility Agreement”) com o Crédit Suisse International, no valor global de 850 milhões de dólares, o equivalente a 25,5 triliões de meticalos ao câmbio do dia 5 de Maio. O financiamento tem uma maturidade de 7 anos (ou seja, vence a 9 de Novembro de 2020), e vai ser remunerado a uma taxa de 6,7% com o aval do Ministério das Finanças. Em termos práticos, até 2020 os bancos vão

(Continua na página seguinte)

em Chersbourg, na França.

O que faz a “Mozambique EMATUM Finance”?

A “Mozambique EMATUM Finance” é a empresa através da qual se fizeram as operações financeiras do recebimento dos “bonds” (o dinheiro emprestado). Segundo o relatório de Setembro de 2014 do PICTET Group (grupo financeiro privado suíço que inclui o PICTET bank), a que o “Canal de Moçambique” teve acesso, e que analisa as principais operações financeiras na praça europeia, o juro da dívida da EMATUM, representada pela “Mozambique EMATUM Financial” era de 6,305%, o que, em termos nominais, equivalia a 7,9 milhões de dólares por ano. Um outro relatório do Nordea (outro banco suíço) também comprova operações da EMATUM por via da “Mozambi-

que EMATUM Financial”, para demonstrar as atractivas taxas de juro da dívida.

Directora da EMATUM, SA diz que não conhece a “Mozambique EMATUM Finance”

O **Canal de Moçambique** contactou os escritórios da EMATUM em Maputo, para saber o que a empresa tem a ver com a EMATUM da Holanda e porque é que essa informação nunca foi tornada pública. Falámos com a directora-geral da EMATUM, Cristina Matavele, que se mostrou surpreendida com o facto da existência de uma outra EMATUM, domiciliada em Amsterdão. “Eu não conheço essa empresa. Estou a ouvir falar pela primeira vez hoje, convosco. Contactem essa empresa, para saberem dela. Certamente que deve ter endereço”, disse a directora-geral da

31-Dez-2013	
Estado	58.072
Imposto sobre o Rendimento de pessoas singulares (IRPS)	
Acrescimos de juros e rendimentos obtidos	300.000
Gastos com custódia	314.672

Extracto do relatório de contas da EMATUM produzido pela N&Y

Destques

(Continuação da página anterior)

Total Obrigações		118.855.209,44	91,98
Total Valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário admitidos à cotação oficial		118.855.209,44	91,98
Valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário negociados num outro mercado regulamentado			
Obrigações			
MYR			
2.650.000,00	Malaysia Government Bond 3.418% 15-08-2022	792.276,55	0,61
4.300.000,00	Malaysia Government Bond 3.844% 15-04-2033	1.240.049,62	0,96
240.000,00	Malaysia Government Bond 3.892% 15-03-2027	71.826,09	0,06
1.200.000,00	Malaysia Government Bond 4.048% 30-09-2021	376.611,65	0,29
600.000,00	Malaysia Government Bond 4.127% 15-04-2032	178.080,04	0,14
1.000.000,00	Malaysia Government Bond 4.16% 15-07-2021	315.478,04	0,24
		2.974.324,19	2,30
USD			
100.000,00	Corp Piquesa Inca SAC 9% 10-02-2017	97219,00	0,08
250.000,00	Digital Group Ltd 8.25% 30-09-2020	272.500,00	0,21
275.000,00	EMATUM Via Mozambique EMATUM 6.305% 11-09-2020	276.870,00	0,21
320.000,00	Lebanon Government Internat 8.25% 12-04-2021	365.600,00	0,28
215.000,00	VTR Finance BV 6.875% 15-01-2024	230.982,46	0,18
		1.243.171,46	0,96
Total Obrigações		4.217.495,65	3,26
Total Valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário negociados num outro			

Cotação da EMATUM via Mozambique EMATUM Finance de acordo com Nordea Bank



Edifício sede da EMATUM em Maputo

ganhar da EMATUM, ou seja, do Estado moçambicano, 56,9 milhões de dólares por ano. Segundo os auditores, os primeiros juros vencem a 13 de Maio de 2014 e a amortização inicia-se a 11 de Setembro de 2015. Desta operação, segundo os auditores os intermediários (que não foram especificados), tiveram uma comissão de 13,6 milhões de dólares. Mas um relatório da Bloomberg (agência financeira norte-americana com sede em Nova Iorque) acrescenta um outro Banco na operação EMATUM. Segundo a Bloomberg, dos 850 milhões de dólares, 500 milhões são da Crédit Suisse e do PNB Paribas, e 350 são do banco russo VTB Moscovo, o segundo maior banco da Rússia. Se os auditores nacionais dizem que as taxas de juro sobre as quais os “bonds” foram contratados são de 6,7%, as agências internacionais falam de 8,5% (mais 1,8% em relação à taxa oficial), o que obviamente coloca a emissão muito mais apetecível para os bancos. O “site” “Transparent Sea” diz que “os ‘bonds’ para a EMATUM providenciaram aos investidores um retorno de 8,5% com o prazo de amortização [pagamento] até 2020”. A Bloomberg também fala de 8,5%, que, na sua leitura, está a seis pontos percentuais das habituais obrigações. Um economista especializado em mercados financeiros, contactado

pelo Canal de Moçambique, disse que, no caso EMATUM, fica claro que a preocupação de Moçambique não era a susten-

tabilidade da dívida, mas sim conseguir a maior quantidade de dinheiro possível. “A entidade que gere a dívida pública

em Moçambique, que é o Banco de Moçambique, o conselheiro financeiro do Estado, que é o FMI, não foram contac-

tados nesta operação, exactamente por ser um negócio obscuro e privado”. O comentário do economista coincide com a leitura da Bloomberg, que diz que, no negócio da EMATUM, “os investidores [bancos] trocaram a transparência pelos altos juros que a EMATUM se propôs a pagar”.

A falta de transparência e possibilidade de importação de material de guerra

Ainda segundo a Bloomberg, o conjunto de barcos que a EMATUM encomendou à CMN francesa pela alta quantia de 300 milhões de euros também inclui barcos de patrulha contra piratas (segundo o Ministério do Comércio Exterior francês). Segundo a agência Bloomberg, os referidos barcos são equipados com canhões e “drones” militares. Segundo a Stratfor, uma empresa de consultoria de segurança global, a Crédit Suisse negou entretanto que o seu financiamento tenha também sido usado para aquisição de material de guerra. “O documento que recebemos de pedido de financiamento referia-se apenas à compra de material de pesca”, disse Marco Ruijer, que ajuda a supervisionar cerca de 8 biliões USD em títulos de mercados emergentes (tal como Moçambique) na

Company structure

EMATUM is registered as a private company, based in the Netherlands (full name is Mozambique EMATUM Finance 2020 B.V (<http://investing.businessweek.com/research/stocks/private/snapshot.asp?privcapId=245822997>)). However, its shareholders are three Mozambique state organisations:

- 33% by Gestão de Investimentos, Participações e Serviços (the Management of Investments, Holdings and Services). The GIPS was established in 2012 as a private investment company now fully owned by the social services of the State Intelligence and Security Agency, (SISE).
- 33% by the state fishing company Emopesca.
- 34% by the Instituto de Gestão das Participações do Estado (the Institute for the Management of State Holdings).

Financing

At the beginning of September 2013, EMATUM mandated Credit Suisse and BNP Paribas to manage the sale of US dollar denominated bonds worth 500 million USD. Credit Suisse provided a loan to EMATUM for 500 million USD in order to issue the bonds. The bonds for EMTUAM provided investors with 8.5% return with the final date for the amortisation of the bonds set for 2020. The bond repayments are guaranteed by the Government of Mozambique.

The repackaged debt sold to investors by Credit Suisse and BNP Paribas was not registered on any regulated stock exchange. This allows the bond issue to be subject to less transparency and oversight. A 3 page prospectus for EMATUM was sent to potential investors and is classified as confidential by Credit Suisse^[5]

The initial sale of EMATUM bonds, which started on the 5th of September, was oversubscribed. EMATUM required further financing and wanted to capitalise on high demand for their government backed bonds. This led to a second bond issue managed by Russian bank VBL Capital in October 2013, raising a further 350 million USD for EMATUM^[6]

Boat building contract with French CMN

On the 26th of September a contract for supplying vessels to EMATUM was concluded by the Mozambique President, Armando Guebuza, and the French based ship building company, Construtions Mecaniques de Normandie (CMN). The deal came the day before Guebuza met with France President Francois Hollande and was announced by both Heads of State. Hollande described this as an important contract for French industry, and it was reported that the EMATUM contract would secure the jobs of some 400 employees at CMN, who were expecting retrenchment earlier in the year due to a shortage of ship building orders.

Extracto do relatório da Transparent Sea sobre a EMATUM

(Continua na página seguinte)

Destaques

Canal de Moçambique

Ficha Técnica

DIRECTOR EDITORIAL

Fernando Veloso | veloso.f2@gmail.com
Cel: (+258) 84 2120415 ou (+258) 82 8405012

EDITOR EXECUTIVO E CHEFE DA REDACÇÃO

Matias Guente | mtsynt@gmail.com | Cel: 823053185

CONSELHO EDITORIAL: Director, Editor, Sub-Editores, Chefe da Redacção, Sub-Chefe da Redacção e Editores sectoriais.

REDACÇÃO

Matias Guente | mtsynt@gmail.com | Cel: 823053185
Bernardo Álvaro | rabucane@gmail.com | Cel: 82 6939477 ou 84 5285696
Raimundo Moiane | raimundomoiane@yahoo.com.br | Cel: 82 4165943
André Mulungu | andremulungo4@gmail.com | Cel: 82 00 72 210
Cláudio Saúte | claudiosaute@yahoo.com.br | Cel: 82 8079810

COLABORADORES (repórteres “free lancer”)

Luciano da Conceição (Inhambane) | lucianodaconce@yahoo.com.br | Cel: 82 5174200
José Jeco (Manica) | Cel: 82 2452320 | josejeco@gmail.com

DELEGAÇÃO DA BEIRA PROVÍNCIA DE SOFALA

Adelino Timóteo (Delegado) | adelinotimoteo@gmail.com
Cel: +258 82 8642810
Noé Nhamumbo (Redactor, residente na Beira) | noe742@hotmail.com | Cel: 82 5590700 ou 84 6432211

DELEGAÇÃO DE TETE

JoséPantie (Jornalista Correspondente) | Cel: 84 43 89 034 | jpantie49@gmail.com

FOTOGRAFIA

Lucas Meneses

REVISÃO

A.S.

PAGINAÇÃO E MAQUETIZAÇÃO

Anselmo Joaquim | Cel: 84 2679410 | a.joaquim.m@gmail.com

PUBLICIDADE

Álvaro Chovane | 82 3672025 | 82 3073249 | 84 8630145
achovane@gmail.com

ASSINATURAS

Gabriel Chihale | 82 4806000 | 84 7872300
gchihale@yahoo.com.br

DISTRIBUIÇÃO E EXPANSÃO (REVENDEDORES / AGENTES)

Álvaro Chovane | 82 3672025 | 82 3073249 | 84 8630145
Luís Inguane | 84 81 59 337 | 82 38 74 060

CONTABILIDADE

Anibal Chitchango | Cel: 82 5539900 ou 84 3007842 | chitchango@yahoo.com.br

PROPRIEDADE

CANAL i, Lda * +258 823672025 * Av. Samora Machel, n.º 11 – Prédio Fonte Azul, 2ªAndar, Porta 4 * Maputo * Moçambique

REGISTO: 001/GABINFO-DEC/2006

IMPRESSÃO: SGRAPHICS, Lda, Matola

(Continuação da página anterior)

ING Investment Management em Haia, e comprou um pedaço da dívida do VTB Capital (o tal banco russo), porque o investimento [EMATUM] tem retornos elevados. Mas a Bloomberg comenta no seu relatório que a aquisição mili-

tar deve também estar ligada aos projectos de gás e minerais que colocam Moçambique na rota do comércio internacional.

De facto, com a chegada da primeira frota dos equipamentos da EMATUM, começaram a sobrevoar Maputo

aparelhos militares estranhos, que foram classificados como “drones”. Foi no mesmo período que o conflito armado com a Renamo agudizou-se, com o governo a expedir para Sofala grandes quantidades de equipamento bélico .

Filipe Nyusi e primeiro-ministro ausentes na apresentação da EMATUM



PCA e directora-geral da EMATUM

Entretanto, Filipe Nyusi e o primeiro-ministro, Agostinho do Rosário, estiveram ausentes na noite de quinta-feira no evento da apresentação de oportunidades de negócio na Empresa Moçambicana de Atum (EMATUM), que seria a apresentação pública da empresa fraudulenta que o próprio Nyusi ajudou a criar.

Os organizadores vinham, há mais de uma semana, anunciando que a cerimónia teria as presenças de Filipe Nyusi e de Agostinho do Rosário, mas com o evento já quase a iniciar, a Presidência da República e o Gabinete do Primeiro-Ministro mandaram informar que o Presidente da República e o primeiro-ministro não estariam presentes por “incompatibilidade de agenda”. Também nenhum empresário idóneo esteve presente no evento.

A falta de comparência de Nyusi foi vista como uma tentativa mal conseguida de se afastar de uma fraude que ele próprio ajudou a criar.

A EMATUM foi avalizada positivamente pelo Estado a um crédito de 850 milhões de euros sem que tivesse NUIT nem rosto da direcção.

Até ao primeiro semestre do ano passado, mesmo depois de ter o crédito, a EMATUM não tinha sede. A sede foi impro-

visada nos finais do primeiro semestre, na Avenida Amílcar Cabral, n.º 1512, na cidade de Maputo. Na altura, só estava lá o edifício. Segundo a lei moçambicana, para emissão duma licença de actividades, os requerentes devem primeiro receber uma equipa de inspecção do Estado, para fazer vistoria à sede. Mas a EMATUM já tinha sido avalizada no ano passado a um crédito milionário sem ter sede.

Os interesses do Estado por detrás da EMATUM

A EMATUM é uma entidade participada pelo Serviço de Informação e Segurança do Estado (SISE) e foi constituída no dia 2 de Agosto de 2013, em Maputo. São accionistas da EMATUM o IGEPE (Instituto de Gestão das Participações do Estado), com 34%, a Emopesca (Empresa Moçambicana de Pesca), com 33%, e a GIPS (Gestão de Investimentos, Participações e Serviços, Limitada), com 33%. É na GIPS onde reside uma das principais obscuridades do negócio que vai custar milhões ao Estado até 2020, sem que tenha havido concurso público nem aval da Assembleia da República. A GIPS é uma entidade unicamente participada pelos Serviços Sociais

do Serviço de Informação e Segurança do Estado (oficialmente abreviado como SERSSE). A sua escritura aconteceu no dia 26 de Fevereiro de 2013, em Maputo. A GIPS não possui NUIT nem NUEL, segundo apurou a nossa investigação. Em menos de sete meses após a sua constituição, a GIPS juntou-se ao IGEPE e à EMOPESCA, para constituir a EMATUM, uma empresa até aqui fantasma e que faz empréstimos sob garantias do Estado.

A EMATUM é uma das maiores burlas engendradas pelo Governo do partido Frelimo, em que até os ministros mentem de forma descarada. Por exemplo, aquando da visita da delegação de alto nível do Fundo Monetário Internacional a Maputo, o ministro das Finanças, Manuel Chang, um dos cabecilhas da empreitada, chegou mesmo a informar que a EMATUM foi submetida à Assembleia da República. É mentira. A EMATUM não passou pelo parlamento, nem passou pelo processo de “procurement”. Alguns países que financiam o Orçamento do Estado já vieram a público questionar a legalidade da EMATUM. A Dinamarca foi mais contundente, e exige explicações claras sobre a operação. Mas o Governo continua sem dizer nada.

Destques

António Muchanga desmonta Galiza Matos

Segundo Muchanga, Galiza Matos Jr. reprovou várias vezes na 10.ª classe e hipotecou, por causa de dívidas, a primeira viatura que recebeu na Assembleia da República.

A viatura anda com um escritor e apresentador de televisão.



Edmundo Galiza Matos Jr., deputado da Frelimo



António Muchanga, deputado da Renamo

André Mulungo

Os deputados António Muchanga e Edmundo Galiza Matos Jr., da Renamo e da Frelimo, respectivamente, foram a grande atracção da sessão que aprovou o Plano Quinquenal do Governo. Desde o passado sábado, Muchanga e Galiza Matos têm vindo a trocar palavras, com acusações à mistura. Tudo começou quando Muchanga, respondendo a uma provocação de Galiza Matos à sua bancada, disse que Ga-

liza Matos reprovou mais de três vezes na 10.ª classe e que hipotecou a viatura de marca Ford Ranger, que foi alienada após o seu primeiro mandato como deputado. Galiza não gostou e ameaçou levar o caso ao tribunal. “Fica claro que quem chumba mais de três, quatro vezes, na 10.ª classe aprende melhor, evolui um pouco”, respondeu Muchanga a uma provocação de Galiza Matos à sua bancada. “Vou solicitar a si, Sra. Presidente da Assembleia República, e à Comissão

dos Assuntos Constitucionais, ao abrigo do Artigo 41, que refere que eu tenho direito à honra, ao bom nome e à reputação, que levante a imunidade deste deputado, e, ao nível do Tribunal Supremo, vai ter que responder a estas questões”, retorquiu Galiza Matos. Segundo este, se Muchanga não conseguir responder, vai solicitar-lhe: “para que pague pela defesa da minha honra. A minha família (os meus filhos, a minha esposa) estão todos insultados.”

Mas parece que as ameaças de levar o caso ao tribunal não abanaram Muchanga, que, logo a seguir, contra-atacou: “Havendo imunidade de alguém a ser quebrada, é a sua imunidade. Evidências do que estou a dizer existem. É só recordar onde anda a sua viatura Ford Ranger, da primeira alienação, e como chegou às mãos de quem a está a usar”. Perante um Galiza Matos praticamente sem argumentos, a presidente da Assembleia da República, Verónica

Macamo, perguntou se aquele deputado tinha algo a dizer. “Usarei de todos os meus direitos para que, até ao fim, este deputado responda pelas questões que colocou aqui no parlamento. Ao tribunal iremos, e julgado será”, prometeu Galiza Matos. O Canal de Moçambique sabe de fontes seguras que a viatura que Muchanga acusa Galiza de ter hipotecado está neste momento a ser usada por um escritor e apresentador de televisão.

Canal de Moçambique

publicidade

Canalmoz no

facebook

www.facebook.com/CanalMoz



Goste da nossa página

Editorial

A morte de Gilles Cistac e o triste espectáculo policial

Para quem tinha dúvidas de que o Governo está comprometido com o não esclarecimento do assassinato do constitucionalista moçambicano Gilles Cistac, morto a tiro na manhã de 3 de Março passado, a Polícia da República de Moçambique tratou de deixar tudo claro: não há investigação nenhuma, e tudo não passa de puro entretenimento político.

Depois do assassinato do Prof. Gilles Cistac, noticiámos aqui, neste jornal, e nas nossas outras plataformas, que uma fonte policial nos havia informado de que havia ordens, que designaram como “superiores”, para que a Polícia convocasse a imprensa e anunciasse que quem assassinou Gilles Cistac foi um cidadão de raça branca. E foi exactamente o que a Polícia fez.

Tal operação visava desresponsabilizar o partido Frelimo das acusações que eram emitidas pela opinião pública e que associavam o assassinato de Gilles Cistac à campanha de racismo e de ódio que era desenvolvida pelo partido no poder, através das suas tribunas de propagação de ódio e de racismo, que encontram a sua expressão material nos órgãos de comunicação social públicos, com os préstimos dos delinquentes do G40.

O objectivo da estratégia do partido Frelimo de invenção de um “atirador de raça branca” foi exactamente a de afastar qualquer conotação da organização com os pratos de racismo, ódio e intolerância política que avulsamente eram servidos pela Televisão de Moçambique, Rádio Moçambique, jornal “Notícias”, jornal “Domingo”, Agência de Informação de Moçambique, “Diário de Moçambique”, através dos seus analistas de serviço.

Na mesma tarde em que foi assassinado o constitucionalista Gilles Cistac, o comando da Polícia da República de Moçambique na cidade de Maputo veio a público, através do seu porta-voz, Arnaldo Chefo, dizer que Cistac teria sido assassinado por um grupo de quatro indivíduos, que se fazia transportar numa viatura. A pessoa que puxou da AKM e disparou era “um cidadão de raça branca”.

Acresce a este resultado de “investigação racista” uma outra constatação contraditória. Segundo a Polícia, os assassinos estavam encapuçados. Ora, como é que a Polícia viu um cidadão de raça branca encapuçado, quarenta minutos depois de os assassinos terem desaparecido?

Começava aqui a ficar clara a condição solteira em que a culpa poderia morrer. Só o tempo que a Polícia levou para aparecer no local, havendo uma esquadra muito próxima, era, em si, um prenúncio de como isto iria acabar.

Na segunda-feira, a mesma Polícia da República de Moçambique acrescentou mais um episódio à sua própria novela. Arnaldo Chefo chamou a imprensa para anunciar a captura de dois suspeitos. Só que a peça foi muito mal ensaiada, ao ponto de se esquecerem de juntar à narrativa os elementos básicos: “Onde?”, “Quando?”, “Como?”.

Portanto, lá estava um Arnaldo Chefo com a dogmática informação de que “foram capturados”, e ponto final. Não explicou quando é que foram capturados, onde é que foram capturados e

em que circunstâncias foram capturados. Limitou-se a dizer que a informação não devia ser divulgada, porque era cedo. Ora, em que é que pode atrapalhar a divulgação do dia em que os suspeitos foram apanhados pelos “bravos” agentes da PRM? Para além de ser ridículo, é também o suficiente para causar indignação a qualquer cidadão de imaginação mediana.

Tem mais: quando questionado sobre os dois outros suspeitos, que, adicionados aos já “capturados”, perfazem a exacta quantia policial de quatro, o porta-voz da PRM na cidade de Maputo disse que nenhum dos que ainda estão a monte é de raça branca. Portanto, num ápice, o suspeito de raça branca, que, aliás, é o atirador, já não faz parte do rol de suspeitos. Haverá alguma seriedade nisto?

A Polícia da República de Moçambique habituou-nos a violar o princípio de presunção de inocência estipulado na lei, ao apresentar todos os seus suspeitos para acareação com a imprensa. Sem qualquer tipo de prova nem julgamento, a Polícia tem apresentado os seus suspeitos, e até segura a face dos alegados criminosos para que sejam entrevistados e sumariamente julgados pela imprensa e pelo público.

Só que, desta vez, os bandidos capturados pela Polícia não foram apresentados. Porquê? Terá a Polícia decidido, a partir deste caso, cumprir a lei e respeitar o princípio legal da presunção de inocência? Não deixa de ser curioso, tanto como dá mais elementos para que se chegue à conclusão de que estamos perante uma fraude policial de proporções oceânicas.

A esta vergonha, associa-se também a não investigação de toda a fauna que propagou o ódio e o racismo contra Gilles Cistac. Por que razão, até hoje, a Polícia ainda não chamou os elementos do G40 para declarações, no mínimo. Por que razão, até hoje, o porta-voz do partido Frelimo, o senhor Damião José, não foi chamado para explicar o que fez para que o seu desejo de ver Cistac calado fosse consumado? Por que razão não é chamado o então presidente do partido Frelimo, para explicar aos moçambicanos quais são os métodos que usaram para que se livrassem do “incómodo, hipócrita e ingrato” Gilles Cistac?

E os dirigentes dos órgãos de comunicação social que acima enumerámos deviam ser chamados para explicarem também ao povo moçambicano como é que conseguiram levar a bom porto a sua agenda de racismo. É preciso que nos expliquem como é que a TVM, a RM, o “Notícias” e a AIM conseguiram, com êxito, derrotar Gilles Cistac.

É preciso que os pais ideológicos do G40, nomeadamente Edson Macuácu e Gabriel Muthisse, nos expliquem quais são os mecanismos que usaram para que Cistac saísse do caminho deles. Estes senhores tinham um desejo: que Cistac se calasse. E esse desejo concretizou-se. Que nos digam o que fizeram para alcançar o seu objectivo com tanto êxito? É disso que precisamos, e não de um teatro policial da mais baixa categoria, acompanhado por agendas racistas.

Opinião



Por Afonso dos Santos

Capim Aceso

Mais conceitos tóxicos

discriminação positiva – qualquer discriminação é sempre negativa, e a discriminação “positiva” é mais negativa do que qualquer discriminação vulgar, porque esta é facilmente identificável, enquanto que a discriminação “positiva” se apresenta usando a máscara da virtude. A discriminação “positiva” é uma forma de disputa do acesso ao poder entre indivíduos seleccionados, e não tem nada a ver com a democratização da sociedade e com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos em geral. A discriminação “positiva” consiste em conceder a alguns indivíduos seleccionados, originários de um grupo social discriminado, alguns benefícios, que são um direito que é devido a todo o grupo, criando a ilusão de que esse grupo deixou de ser discriminado. A discriminação “positiva” tem como objectivo preservar a desigualdade existente, fingindo que essa desigualdade foi atenuada. Deste modo, a discriminação “positiva” reforça a discriminação real (sempre negativa) do grupo de origem dos poucos seleccionados que tiveram acesso a privilégios. O efeito tóxico da discriminação “positiva” consiste em criar a crença de que a discriminação se elimina através de medidas discriminatórias. A discriminação “positiva” é sempre uma discriminação negativa de todo o grupo do qual é originário o indivíduo “positivamente” discriminado. Na prática,

isto é o mesmo que, em inglês, *affirmative action*, e é também o mesmo que *empowerment*. Quando se trata de intoxicar a opinião pública, abundam os malabarismos linguísticos, para fazer parecer que se trata de ideias novas, quando se trata apenas de mais doses da mesma mixórdia tóxica. **empoderamento** – em língua portuguesa, esta palavra é um aborto de linguagem, que foi parido por um “casamento de sucesso” do Analfabetismo Linguístico com a Estupidez Intelectual. Os padrinhos deste casamento são uns supostos intelectuais de vocação pacóvia, que gostam de praticar vandalismo linguístico, dando pontapés na língua. Existe uma pandilha de presumíveis intelectuais, farsantes, fraudulentos e culturalmente colonizados, que acha que é chique usar palavras de línguas estrangeiras mascaradas com uma aparência de palavras de língua portuguesa. Esta é uma tendência que pode ser designada como chiquismo intelectual, que é apenas uma forma mais presunçosa de chico-espertismo. A este desvario pode dar-se o nome de lusoxenofonia [lusoxeno+fonia]. A lusoxenofonia pode ser definida como uma prática que consiste em inventar cretinamente em língua portuguesa, e usar com abundância, palavras com som e forma semelhantes ao som e à forma de palavras de línguas estrangeiras, geralmente europeias. A lusoxe-

nofonia deriva de uma subserviência saloia, que consiste em considerar que as línguas estrangeiras são superiores. Existe em língua portuguesa uma expressão que corresponde plenamente ao sentido da palavra inglesa *empowerment*, e essa expressão é: *atribuição de poder*. Mas em muitos casos a simples palavra “promoção” transmite adequadamente a mesma ideia. “Promover” tem o significado de “elevar a posto ou a dignidade superior”, que é o mesmo que atribuir poder ou capacidade. Mas para entender o que significa, na prática, o conceito tóxico de *empowerment*, basta lembrar o caso de um país onde a política do *black economic empowerment* foi a progenitora de um massacre de trinta e quatro mineiros negros. Ficou assim demonstrada a essência do *black economic empowerment*. Consiste na atribuição de poder à Polícia para matar trabalhadores negros, como forma de defesa dos interesses do lucro descomunal de empresas estrangeiras, das quais os governantes da política do *black empowerment* são também accionistas. Uma das formas de desviar para outro alvo a revolta provocada por esta política é a xenofobia. **gestão do Estado** – considerando que a noção de gestão pertence à área da economia, este conceito exprime uma concepção do Estado como se este fosse uma cantina ou um quiosque, a concepção do Estado como fonte de rendi-

mento. É o Estado-teta-de-vaca, onde as bezerras e os bezerros vão mamar tacho. O conceito tóxico de *gestão do Estado* tem a sua origem no facto de que a fauna que vive à custa da política, tanto no poder como na oposição, sempre que se fala em Estado, fica logo com cifrões nos olhos, fazendo lembrar os irmãos Metralha da banda desenhada, sempre que estão a planejar mais um assalto. O objectivo da *gestão* de qualquer empreendimento é obter rendimento, enquanto que a função do Estado deverá ser a de assegurar a defesa dos direitos e liberdades dos cidadãos. Por vezes, aparecem uns comentadores a argumentarem que só o Estado tem a prerrogativa do uso da violência. Pois a questão central sobre o Estado é essa mesma: contra quem é que o Estado usa violência? Contra os bandidos corruptos? Ou contra quem vive exclusivamente do seu trabalho honesto? E os órgãos de Justiça do Estado estão ao serviço de quem? O efeito tóxico do conceito de *gestão do Estado* consiste em despolitizar o Estado e iludir a resposta à questão: quem exerce o poder de Estado? **igualdade de género** – este conceito tóxico corresponde a uma das formas da chamada discriminação “positiva”: consiste na *atribuição de poder* e de privilégios a algumas mulheres, para encobrir a continuidade da discriminação da esmagadora maioria das mulheres e dos homens. A demo-

cratização duma sociedade não consiste em colocar mais mulheres no poder, para exercerem um poder antidemocrático; consiste, sim, em reforçar e ampliar os direitos e liberdades de *todos os cidadãos*, o que, obviamente, inclui as mulheres. Convém lembrar um exemplo eloquente sobre o que vale a política da *igualdade de género*. Quando se tratou de agravar a desigualdade entre os intituados “representantes do povo” e o dito povo, supostamente representado, poderia esperar-se que “o coração de mãe” de cada uma das intituladas “representantes do povo” se condoesse das crianças malnutridas do seu país e sentisse alguma afinidade com as suas “irmãs” que são transportadas para a maternidade numa bicicleta, ou que morrem por falta de assistência perinatal, e que, por isso, esse “coração de mãe” propusesse uma redução do seu luxo obsceno. Pelo contrário, as senhoras intituladas “representantes do povo” mostraram-se até mais assanhadas do que os seus colegas masculinos na defesa da legalização das regalias resultantes do assalto aos fundos do Estado. Isto significa que, apesar dessas regalias vitalícias que atribuem a si mesmas, quando se trata de avaliar o grau de compaixão humana que possuem, são apenas miseráveis.

Na próxima edição: **Outros conceitos tóxicos.**

Canal de Moçambique

publicidade

Canal de Moçambique

Assinaturas

Destino	Período de Contrato	Período de Contrato	Período de Contrato
	3 Meses	6 Meses	12 Meses
Todo País (*)	720.00 Mt	1,560.00 Mt	3,120.00 Mt
Países da SADC (**)	400 R	800 R	1600 R
Resto do Mundo(**)	171 USD / 143 €	343 USD / 286 €	400 €

(*) Distribuição ao domicílio, em Maputo
(**) Inclui porte. Pode ser pago em meticais ao câmbio do dia

Opinião



Por: Autor

Princípio da aproximação da administração pública às populações

Descentralização administrativa dependente do “legislador-Povo”?

Quero, primeiramente, felicitar a todos os senhores jornalistas moçambicanos (do Rovuma ao Maputo) pelo 11 de Abril – dia do jornalista moçambicano e pelo espírito de sacrifício com que se destacam alguns profissionais desta área na constante busca de repor a verdade. Segundo dizer que é de extrema pertinência que o governo assuma uma posição mais clara no tocante aos processos de descentralização e desconcentração, que não devem ser contrários aos princípios instituídos pela Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governança, a qual deve prevalecer (no disposto Artigo 34), o seguinte teor: “*Os Estados parte procedem à descentralização a favor das autoridades locais democraticamente eleitas de acordo com as legislações nacionais.*” Portanto, não pode haver margem para dúvidas de que é chegado o momento em que deve ser verificado uma gradual evolução e promoção do processo de descentralização administrativa e financeira em Moçambique. Não vejo razões que justifiquem a tentativa de refrear o avanço do processo de descentralização, que não sejam por razões políticas-partidárias.

Ora, os interesses políticos que forem contrários a elevação da Nação e que se oponham ao desenvolvimento local ou provincial em função da desconcentração do poder é de repudiar, se entendermos como signatários (sujeitos) dessa delegação de poderes os cidadãos e não meramente os fazedores da fração política partidária x ou y. Aliás, um dos princípios basilares de organização e funcionamento da administração pública moçambicana é o da desconcentração, através do qual, ficou claro (aquando a sua instituição) que o Governo pretendeu reduzir os poderes administrativos dos ór-

gãos centrais, o que facilitaria a tomada de decisões por parte dos escalões inferiores, ao instituir no texto constitucional a figura de Poder Local. Para isso vimos o acentuado interesse por parte do Ex-chefe de Estado Armando Guebuza quando se pronunciava concessivamente sobre a pertinência do Distrito (...) como estrutura administrativa fundamental ao desenvolvimento social e económico do país.

No atual estágio tal opção política assertiva deveria implicar numa considerável alocação dos recursos aos governos provinciais. Esta conjuntura ou plataforma de desconcentração escalonada da administração pública não implica a redução ou enfraquecimento do poder político ao nível central, uma vez que o poder central mantém o controlo do aparelho de Estado em todos os seus níveis. Outrossim, quando se fala da descentralização concatenada a ideia de dispersão do poder político, já o disse é razoável e viável se for objetivada numa base da cidadania. Com efeito, para efetuar-se dispersão do poder político, o foco deve ser no processo de descentralização e não no processo de desconcentração, cujo principal mérito está na modernização do aparato administrativo e numa maior aproximação das realidades sociais (...) locais. Os desafios do Governo que condicionam o avanço destes processos, sempre foram: “(i) limitações orçamentais; (ii) insuficiência de recursos humanos e materiais das cidades, vilas e povoações pleiteando a autarcização.” Portanto, segundo o relatório tornado público pelo AfriMAP “*parece-nos que o discurso logrado pelo Governo de Moçambique é pouco convincente, uma vez que, se um verdadeiro esforço descentralizador estivesse sendo posto em prática, este deveria alterar também a*



Outra palavra final há-de ter que ver com a questão constitucional que vem sendo discutida em vários fóruns e quadrantes do país atinente ao ‘Projeto-lei das Autarquias Provinciais Autónomas’.

distribuição das receitas e as competências tributárias, assim como esforçar-se na capacitação dos quadros ao nível local.”

Outra palavra final há-de ter que ver com a questão constitucional que vem sendo discutida em vários fóruns e quadrantes do país atinente ao ‘Projeto-lei das Autarquias Provinciais Autónomas’. Penso que sendo um projeto-lei com pressuposto em Projeto-Partido-Estado deve ser analisado e discutido em sede própria, no caso a Assembleia da República. Ora, se estamos a falar de uma relação causa-efeito do tipo Projeto-Partido-Partido a coisa muda de figura. O que não me parece que seja olhando para a filosofia do projeto-lei apresentado. Tratando-se de um projeto-lei, deve ser averiguada a sua legalidade e constitucionalidade. Muitos foram os que opinaram em torno da sua legalida-

de e da sua constitucionalidade.

No âmbito do Direito Administrativo, queria apenas fazer um reparo, não contrapondo a visão dos pronunciamentos instados recentemente pela O.A.M, mas tão-somente opinando nos seguintes moldes: *primeiro*, a reserva da lei constitucional em matéria de administração prestacional, conduz-nos a uma reforma no quadro legal constitucional, dada a nova conjuntura social, política e económica, sob pena de estarmos diante de normas constitucionais inconstitucionais. É chegada altura para que se verifique uma terceira revisão constitucional?; *segundo*, dois argumentos trazidos pelo Estado de Direito Democrático devem ser revisitados. Uma vez que na ausência de qualquer referência genérica por parte da CRM à reserva da lei, a questão de saber quais as matérias nas quais a atuação administrativa carece de uma prévia habilitação legal não encontra solução cabal no texto constitucional salvo se trate de lei setoriais.

O desafio que se coloca é que não podemos esquecer que a disseminação da legitimidade democrática por todas as esferas do poder público dissolveu o fundamento democrático da reserva de lei e não faz sentido invocar-se o seu fundamento garantístico quando aquilo que está em causa é atribuição de vantagens aos cidadãos e não a compreensão da sua esfera individual. Como refere Rogério Soares, em tom ironicamente crítico: “a cavalo dado, não se olha o dente.” É certo que se podia também contra-argumentar que o «fundamento democrático da reserva da lei não exclui a possibilidade de a administração atuar com fundamento direto na Constituição, que é essencialmente uma lei dotada da mesma (ou mesmo maior) legitimidade democrática do que os atos

legislativos ordinários, não havendo (a esta afirmação) mesmo nada a contrapor senão ao facto de por natureza, as normas constitucionais não serem revestidas, no cômputo geral, de *densidade* suficiente para servirem de habilitação direta da atuação administrativa, antes necessitando de interposição legislativa ordinária sob pena de amalgamarem geralmente daí progressões e intervenções agressivas o que postula a relevância da reserva de lei.» De qualquer modo, está realidade dicotómica (na percepção de Marcelo R. de Sousa e do seu homólogo André Matos) pode ser no plano do travejamento filosófico e constitucional encarada na seguinte perspetiva: “como mudança e ajustamento do princípio da legalidade no quadro do Estado de Direito Democrático substancial, atual e zelador da relação entre democracia e a primazia do papel político e legislativo do Parlamento e da lei sobre a administração” ou ainda numa segunda e recente perspetiva movida por Paulo Otero, “no esvaziamento do princípio da legalidade, largamente administrativizado, no contexto de um Estado de Direito formal, que servirá de atenuador na relação entre a democracia e a primazia do papel político e legislativo do Parlamento e da lei, reduzida à oposição de um mero *jus cogens* administrativo, sobre a administração.” Aqui termino, na esperança de que tudo corra pelo melhor, em prol de todos os moçambicanos, a bem da democracia moçambicana e da vida em sociedade, lembrando que o sucesso do processo de descentralização dependerá fundamentalmente da participação e do envolvimento popular (sem rivalidade étnica, tribal, ...) mas assente no respeito pelo Artigo 35, da CRM de 2004) na gestão autárquica.

Canal de Moçambique



Telefone vermelho Maputo-Satungira

Por Adelino Timóteo

Quando pensávamos que tínhamos recuperado parte da nossa soberania confiscada ao deposto ditador-mor, há dias os tiros voltaram a ressoar em Gaza. Os sinais são claros, de que os generais e os comandos preparam-se para mais uma nova escalada de sangue.

O que subjaz é que estamos a resvalar para a instabilidade. Se não formos a tempo de alertar os que detém o poder, quer do lado da Renamo, quer do lado do Governo, o mínimo de desequilíbrio de ambas as partes pode resultar numa hecatombe, já que se tornaram contraproducentes as rondas de diálogo no Centro de Conferências “Joaquim Chissano”.

Em cento e uma rondas, as delegações oferecem-nos reiteradamente uma pontuação de receitas vermelhas.

E pelo jeito como as coisas vão, tudo pode descarrilar; se as lideranças não recorrerem ao telefone vermelho, para desanuviarem a tensão político-militar, sabido que unidades da Renamo estão às portas de Maputo, como as FADM/FIR movem-se com certo frenesim para Sofala, onde têm estabelecidos vários aquartelamentos a norte do rio Save.

Dizemos que atingimos o alerta vermelho já quase não nos parece novidade.

Talvez seja uma coisa espiritual (perdoem-nos), derivado do facto de a bandeira nacional conter uma Kalashnikov no seu símbolo.

Em vinte e cinco anos pós-queda do comunismo, mantemos uma certa lealdade ao centralismo de tipo soviético, daí a apetência para se prosseguirem os métodos estalinistas de controlo dos funcionários públicos, sujeitos a envergarem compulsivamente a camisola vermelha dos “camaradas”. Vermelhos e com os nervos à flor da pele também andam os estudantes das escolas e universidades públicas, sujeitos a usarem a camisola vermelha, de que não nos queremos libertar.

Já não é esse tempo de consentirmos que gente sem o mínimo de ética, gente desavergonhada, nos imponha que elevemos a bandeira vermelha que subverte o mais elementar e universal princípio dos direitos humanos, o livre arbítrio e a autodeterminação.

Os “camaradas” mostraram há dias que vermelho em excesso faz mal à saúde. Para quem tinha dúvidas sobre o que temos vindo a afirmar, os “camaradas” mostraram-nos que eles também estão cansados de tanto vermelho e anseiam por mudanças profundas. Daí que não é momento de vacilarmos. Já não é tempo de nos deixarmos instrumentalizar. A sociedade civil inspirou os “camaradas” a derrotarem o “Hitler”, a desdenharem os G40, as raposas ranhosas e as verdadeiras sanguessugas do poder.

Concentremo-nos agora no futuro. Concentremo-nos



*Apelamos
ao Dhlakama e
ao Nyusi para
que voltem a
reunir-se, se
entendam,
definam uma
plataforma de
diálogo, uma
fórmula nem que
seja mágica, para
desanuviarem esta
tensão latente, de
modo que mais
nenhuma e única
gota de sangue dos
filhos da pátria
volte a esvair-se.*

numa verdadeira democracia e numa unidade nacional que dê autonomia a todas as províncias do país, do Maputo ao Rovuma, do Índico ao Zumbo.

Apelamos ao Dhlakama e ao Nyusi para que voltem a reunir-se, se entendam, definam uma plataforma de diálogo, uma fórmula, nem que seja mágica, para desanuviarem esta tensão latente, de modo a que mais nenhuma e única gota de sangue dos filhos da pátria volte a esvair-se. Pensem numa fórmula legislativa autárquica provincial e unitária que nos permita olhar-nos de frente, como moçambicanos, e sem nenhum ressentimento. Nem que seja de implementação gradual, capaz de conter os ânimos de uma elevada faixa da população esperançosa desse devir, eventualmente capaz de conter o êxodo interno para Maputo, que é onde fica o grosso do bolo daquilo que é o Orçamento Geral do Estado.

Não é tempo de fanatismo, nem de se satisfazerem as pretensões monolíticas, que colocam uma grande franja da população à margem do acesso à riqueza. Mostrem ao mundo, mostrem, sem as falsas consultas, as falsas modéstias, que vocês, dois “chingondos” (perdoem-nos o recurso a esse termo), podem usar do diálogo e do princípio da boa colaboração como uma arma para desanuviarem a tensão reinante, para reduzir as assimetrias regionais, aproximando os moçambica-

nos, mesmo na diferença dos vossos ideais. E trabalhem para fortificar as instituições do Estado, ressentidas da ditadura que nos governa e que mais incidiu nos últimos dez anos.

Trabalhem para o povo, desejoso de uma autonomia alargada, mais descentralização, de uma democracia plena, e que frutifique não na letra, na palavra oca. Que de uma vontade leal e justa ganhemos todos, primeiro como nacionais, depois os partidários dos vossos partidos.

Nós, deste lado de cá da baricada, não nos resignaremos jamais. Continuaremos a dizer aos fanáticos que o vermelho não enche a barriga do povo, que Unidade Nacional não é levantar a tocha com a barriga vazia e a roupa rasgada. Diremos que Unidade Nacional terá que ser consentânea com o usufruto de benefícios em igualdade de direitos.

O povo anseia por uma paz verdadeira e não essa paz podre a que assistimos, com as FADM a revistarem cidadãos no Save, por suposta possibilidade de levarem armas para o Sul. Paz podre são também as movimentações em curso da guerrilha para o Sul, seja por que motivo for.

De qualquer forma, se a guerra eclidir, saberemos a quem endossar as responsabilidades.

Continuaremos a indignar-nos!

Canal de Moçambique

publicidade

Canalmoz no facebook
www.facebook.com/CanalMoz



Goste da nossa página

Opinião

A isenção de um jornalista não é obrigatória. Depende da linha editorial do jornal*

Por José Rodrigues dos Santos in Facebook

Devido às minhas funções na RTP, que nada têm a ver com a minha actividade de romancista para a qual esta página foi criada, alguns leitores escreveram mensagens críticas da forma como foi conduzido o espaço com José Sócrates. Repito que isto nada tem a ver com os livros, razão de ser desta página de Facebook, mas não me importo de esclarecer dúvidas e equívocos que me parecem nascer do facto de muitas pessoas, e como é natural, desconhecerem as regras da actividade jornalística.

Uma leitora chega mesmo a perguntar em que escola aprendi jornalismo. A resposta é: na BBC. Sei que se calhar não é suficientemente boa, mas foi o que se pôde arranjar.

O que ensina a BBC?

Quais as regras da nossa profissão? É obrigado um jornalista a ser sempre isento? Há ocasiões em que não deve ser isento? São perguntas interessantes e todas elas têm resposta, embora o público em geral, e como me parece normal, não as conheça.

1. A isenção de um jornalista não é obrigatória. Depende da linha editorial do jornal. Não faz sentido esperar que um jornalista do «Avante!», por exemplo, seja isento. A linha editorial do «Avante!» é claramente comunista e um jornalista que não a queira respeitar tem a opção de se ir embora. Há muitos casos que se podem encontrar de linhas editoriais que implicam alinhamentos (partidários, desportivos, ideológicos, etc).

2. No caso da RTP, a linha editorial é de isenção. Isto acontece porque se trata de um meio público, pago por todos os contribuintes, pelo que deve reflectir as diferentes correntes de opinião. Os jornalistas esforçam-se por escrever as notícias com neutralidade e, nos deba-

tes, os moderadores esforçam-se por permanecer neutrais.

3. Nas entrevistas, no entanto, as regras podem mudar. Há dois tipos de entrevista: a confrontacional (normalmente a entrevista política) e a não confrontacional. Em ambos os casos a isenção pode perder-se, não porque o entrevistador seja pouco profissional, mas justamente porque é profissional. Por exemplo, numa entrevista não confrontacional com a vítima de uma violação é normal que o entrevistador se choque com o que aconteceu à sua entrevistada. Estranho seria que ele permanecesse indiferente ao sofrimento. Não se trata um violador e uma mulher violada da mesma maneira, não se trata um genocida e uma pessoa que perdeu a família inteira da mesma maneira - a regra da isenção não se aplica necessariamente.

4. As entrevistas políticas são, por natureza, confrontacionais (estranho seria que não fossem e que jornalista e político tivessem uma relação de cumplicidade). Uma vez que o agente político que está a falar não tem ninguém de outra força política que lhe faça o contraditório (como aconteceria num debate), essa função é assumida pelo entrevistador. O entrevistador faz o contraditório, assume o papel de advogado do diabo. Portanto, o jornalista suspende por momentos a sua isenção para questionar o entrevistado. Isto é uma prática absolutamente normal. O entrevistador não o faz para "atacar" o entrevistado, mas simplesmente para fazer o contraditório. Acontece até frequentemente fazer perguntas com as quais não concorda, mas sabe que o seu papel é fazer de "oposição" ao entrevistado.

5. Dizem os manuais de formação da BBC, e é assim que entendo o meu trabalho, que o

entrevistador não é nem pode ser uma figura passiva que está ali para oferecer um tempo de antena ao político. O entrevistador não é o "ponto" do teatro cuja função é dar deixo ao actor. Ele tem de fazer perguntas variadas, incluindo perguntas incómodas para o entrevistado. Não deve combinar perguntas com os políticos, mas deve informá-lo dos temas. No acto da entrevista o entrevistado "puxa" pela sua faceta positiva e o entrevistador confronta-o com a sua faceta potencialmente negativa. Espera-se assim que o espectador veja as duas facetas.

6. Uma vez apresentado o princípio geral, vejamos o caso de José Sócrates. É falso que José Sócrates desconhecasse esta minha linha de pensamento. Almoçámos e expliquei-lhe o meu raciocínio. Avisei-o de que, se encontrasse contradições ou aparentes contradições entre o que diz agora e o que disse e fez no passado, as colocaria frente a frente e olhos nos olhos, sem tergiversações nem subterfúgios, como mandam as regras da minha profissão. Farrow-me-ão a justiça de reconhecer que fiz o que disse que ia fazer.

7. Como todas as figuras polémicas, José Sócrates é amado por uns e odiado por outros. É normal com as figuras públicas, passa-se com ele e passa-se comigo e com toda a gente que aparece em público. Mas o que se está a passar com ele é que muita gente fala mal nas costas e ninguém pelos vistos se atreve a colocar-lhe as questões frontalmente. Fui educado fora de Portugal e há coisas que me escapam sobre o país, mas dizem-me que é um traço normal da cultura portuguesa: falar mal pelas costas e calar quando se está diante da pessoa. Acho isso, devo dizer, lamentável. Quando alguém é muito atacado, devemos colocar-lhe fron-

talmente as questões para que ele tenha o direito de as esclarecer e assim defender-se. Foi o que foi feito na conversa com José Sócrates. As questões que muita gente coloca pelas costas foram-lhe apresentadas directamente e ele defendeu-se e esclareceu-as. Se o fez bem ou mal, cabe ao juízo dos espectadores.

8. O caso de José Sócrates tem alguns contornos especiais e raros. Ele foi Primeiro-Ministro durante seis anos e acabou o mandato com o país sob a tutela da troika. Quando era chefe do Governo, começou a aplicar medidas de austeridade. No PEC I foram muito suaves (cortes em deduções fiscais e outras coisas), mas foram-se agravando no PEC II (aumento de impostos) e no chamado PEC III, que na verdade era o Orçamento de 2011 (corte de salários no sector público, introdução da Contribuição Especial de Solidariedade aos pensionistas, aumento de impostos, cortes nas deduções, etc). Defendendo estas medidas, afirmou em público que "a austeridade é o único caminho". Agora, nas suas declarações públicas, ele mostra-se contra a austeridade. Estamos aqui, pois, perante uma contradição - ou aparente contradição. Não tem um jornalista o dever de o colocar perante essa (aparente ou não) contradição, dando-lhe assim oportunidade para esclarecer as coisas?

9. Na entrevista não é para mim necessariamente relevante se ele tinha razão quando aplicou a austeridade ou se tem razão agora que critica a austeridade. O que é relevante é que há uma aparente contradição e cabe ao jornalista confrontá-lo com ela. Foi o que foi feito e ele prestou os seus esclarecimentos. Se foi convincente ou não, cabe a cada espectador ajuizar, não a mim. Limitei-me

a apresentar-lhe directamente os problemas e a dar-lhe a oportunidade de os esclarecer. O meu trabalho ficou completo.

10. Como disse no ponto 8, o caso de José Sócrates é raro. Não é muito normal termos entrevistados com as circunstâncias dele. O tipo de conversa que era necessário para esclarecer as coisas não nasce do facto de ele ser do PS, mas das suas circunstâncias únicas. Se o entrevistado fosse, por exemplo, Ferro Rodrigues ou Maria de Belém ou Francisco Assis ou qualquer outra figura do partido, o perfil da conversa teria de ser diferente porque nenhum deles teve funções de Primeiro-Ministro durante tanto tempo e imediatamente antes da chegada da troika nem entrou num discurso tão aparentemente contraditório como José Sócrates. São as suas circunstâncias específicas que exigem uma abordagem específica. Se o Primeiro-Ministro que governou nos seis anos antes da chegada da troika fosse do PSD, CDS, PCP, BE, MRPP ou o que quer que seja, e fizesse declarações tão aparentemente contraditórias com o que disse e fez quando governava, não tenham dúvidas de que as minhas perguntas seriam exactamente as mesmas.

11. No final, temos de nos perguntar: José Sócrates esclareceu bem a sua posição? Essa resposta cabe a cada um e aí não meto eu o dedo. Limitei-me a dar-lhe a oportunidade de tudo esclarecer.

12. E aquele espaço?, perguntarão alguns. É entrevista? É comentário? Boa pergunta. A minha resposta está no ponto 5. Um abraço a todos.

**Título da Responsabilidade do Canal de Moçambique*
Canal de Moçambique

Opinião

Namatil – Uma história mal contada e ...mal aproveitada

Por Luís Loforte in Facebook

Ninguém nega que meia garrafa de água é uma garrafa meio vazia de água. É uma realidade objectiva. Mas já estaremos perante um absurdo se lutarmos para que meia mentira transforme a história em verdadeira.

Em relação ao último aspecto, o do absurdo, julgo que haverá algo de parecido quando, a propósito do lançamento das comemorações dos 40 anos da nossa Independência, em solo daquilo que outrora se chamou por Namatil, posto administrativo de Omar, se afirma que ali ocorreu uma das “batalhas mais decisivas da luta armada de libertação nacional...”, designadamente, a 1 de Agosto de 1974. De tão decisiva que não foi “disparado nenhum tiro, tendo sido capturados 137 soldados da tropa colonial, que se renderam, e posteriormente entregues, por razões humanitárias, à Cruz Vermelha Internacional...”. Tudo isto pode ser lido nas edições do jornal notícias dos dias 6 e 7 de Abril de 2015, em duas abordagens feitas, consecutivamente, pelo jornalista Pedro Nacuo. Nem sei se seria necessário recomendar uma leitura atenta para se concluir que alguma coisa não bate certo.

E porventura terei autoridade para o creditar ou desmentir? Bem, nem toda, mas alguma, desde logo porque pertenci à referida compa-

nhia de artilharia (GAC-6), tendo como sede a Ilha de Moçambique, com ramificações no Lumbo, Monapo, Vila Barreto (Itoculo) e António Enes (Angoche). Com passagens curtas pela Ilha de Moçambique, Monapo e Vila Barreto, foi porém no Lumbo que passei todo o meu serviço militar. O último contingente a ir para Namatil partiu do Lumbo em Janeiro/Fevereiro de 1974, portanto, da minha unidade. Isto quer simplesmente dizer que à data da ocorrência dos acontecimentos em apreço, Agosto de 1974, ainda me encontrava no exército português e já com o conflito praticamente concluído desde Maio de 1974, convivendo há muito com guerrilheiros da FRELIMO. Comíamos e bebíamos juntos, e até os acompanhávamos nos comícios que os seus comissários orientavam, aqui e ali. Escusado será dizer que, pertencendo à mesma unidade, e também pela grande amizade que todo o serviço militar cultivava, estávamos em permanente contacto com os homens de Namatil. Por aqueles dias, e tal como nós em Nampula, todo o exército havia acatado a orientação do General Costa Gomes, segundo a qual cessavam todas as hostilidades. Portanto, imperava já um tácito armistício. À excepção de um ou outro incidente,



Qualquer que seja a circunstância, o jornalista não descansa, ou até não escreve, enquanto não ouve os protagonistas de um e do outro lado, enquanto não encontra o contraponto do ponto, para já não falar da obrigação que tem de investigar, de perscrutar a História.

de pequena monta porém, não consta que tenha ocorrido, nomeadamente em Cabo Delgado, uma única escaramuça, muito menos uma “batalha decisiva”. E quem se pode convencer que em Agosto de 1974 tenha ocorrido uma batalha decisiva para o que quer que fosse?

Ao ler as crónicas do Notícias defendendo o contrário, e na mesma sintonia nas televisão e rádio públicas, ainda me lembrei de ligar a alguns amigos “capturados” em Namatil para comentarmos os erros de pena do Nacuo, ou de quem os sustentou. Todos estes amigos foram peremptórios em dizer: “Tudo isso é mentira!”, sem nos esquecermos de achar piada à afirmação segundo a qual foram capturadas grandes quantidades de “bebidas alcoólicas” e posteriormente oferecidas a tanzanianos, porque “entre nós a disciplina era outra, diferente.” Importam-se de repetir?

Mas o grande problema não é discutirmos se a história é falsa ou verdadeira. Qualquer que seja a circunstância, o jornalista não descansa, ou até não escreve, enquanto não ouve os protagonistas de um e do outro lado, enquanto não encontra o contraponto do ponto, para já não falar da obrigação que tem de investigar, de perscrutar a História, de puxar

pelo miolo, de alimentar a dúvida sistemática, sob o risco de deturpar ou distorcer essa mesma História. A vida não pode ser orientada apenas no interesse material que a nossa postura pode proporcionar, ela tem de orientar-se pela busca incessante da verdade, pela busca do acerto com a História. A nossa consciência deve estar sempre em primeiro lugar. E a crónica do meu amigo Nacuo pode estar no limiar da deturpação grosseira da História de Moçambique. E admiro-me que ele se exponha a tamanha infâmia quando os factos de Namatil estão documentados, e até em material sonoro gravado no local e no momento dos acontecimentos, para não falarmos de documentação escrita que existe e está ao seu alcance. Existe a famosa “Cassete” de que o Dr. Almeida Santos, que dirigiu praticamente todo o processo de descolonização nas colónias portuguesas, faz uma referência especial no seu livro “Quase memórias – Da Descolonização de cada Território em Particular”. O livro, a cassete e os protagonistas estão aí, mas o Nacuo não quis saber deles, apenas correu para a barricada mais conveniente. Deles falarei na continuação deste meu ponto de vista, em nome da verdade e da História de Moçambique. (Continua)

Canal de Moçambique

publicidade

atneia

Base de dados da legislação publicada no Boletim da República de Moçambique, I Série, a partir de 25 de Junho de 1975

www.atneia.com

Assine já!
ou

Peça uma Cotação

carina@panbox.co.mz

+258 21308040/41
+258 823146330

hermes

BASE DE DADOS DOS ANÚNCIOS DE CONSTITUIÇÃO
DE ENTIDADES LEGAIS EM MOÇAMBIQUE
PUBLICADOS NO BOLETIM DA REPÚBLICA, III SÉRIE,
A PARTIR DE 25 DE JUNHO DE 1975

www.panbox.co.mz/hermes/

Nacional

Negociações políticas entre o Governo e a Renamo

Mediadores nacionais manifestam desconforto com a falta de resultados



Bernardo Álvaro

Os cinco mediadores nacionais na mesa das negociações políticas afirmaram na segunda-feira, 13 de Abril, que estão a sentir-se “sem graça e desconfortáveis”, devido ao desfalecimento das negociações entre o Governo e a Renamo.

Em conferência de imprensa no final da 101.ª ronda das negociações políticas, que terminaram, como sempre, sem nenhum avanço, o chefe da equipa de mediação, professor Lourenço de Rosário, acompanhado de todo o grupo, disse que decidiram abrir a boca para a sociedade, devido à pressão dos meios de comunicação social e por se sentirem “sem graça”, quando o povo lhes “pergunta a razão de muito impasse”.

“Hoje decidimos falar à sociedade, depois de muita insistência para que falássemos. Antes de começar a 101.ª ronda na mesa do diálogo, reunimo-nos com os chefes das duas delegações, é manifestámos o nosso desconforto, na medida em que nos parece que as rondas que têm vindo a decorrer na ‘Joaquim Chissano’ têm estado a esmorecer. As rondas

do diálogo estão a desfalecer”, disse Lourenço do Rosário.

Os mediadores dizem que o impasse prevalecente sobre as questões militares na mesa do diálogo demonstra que este assunto não é da competência das duas delegações, mas, sim, do mais alto nível. Por isso se reuniram com os chefes das duas delegações, para lhes manifestar esta posição.

“E os dados concretos que nós temos desta afirmação é que, quando fomos a Quelimane falar com o presidente da Renamo e apresentámos esta preocupação, o presidente da Renamo apançou-nos que iria ele, pessoalmente, tratar este assunto directamente com o chefe do Estado”, explicou Lourenço de Rosário.

Afirmou terem conhecimento, através da delegação da Renamo, de que efectivamente o presidente da Renamo entregou ao Presidente da República a tal lista dos militares que estão nas Forças Armadas de Defesa de Moçambique, os quais a Renamo pretende que sejam devidamente enquadrados nas chefias militares.



“A partir daí, nós julgamos que esta questão deixa de ser da competência das duas delegações. Nós dissemos que estamos a sentir um desconforto e que a nossa percepção é de que há uma espécie de institucionalização do diálogo da ‘Joaquim Chissano’”, afirmou Lourenço do Rosário.

disse que o seu grupo levantou algumas questões no encontro com os chefes das delegações, que têm a ver com a EMOCHM. No entender dos mediadores, a EMOCHM foi criada no âmbito da implementação do Acordo de Cessação das Hos-

tilidades Militares assinado em 5 de Setembro de 2014 e tinha sido dado o prazo de 135 dias para que se cumprisse o que estava no papel do Acordo.

“Passaram esses 135 dias, o Acordo não foi implementado, e foram prorrogados 60 dias, dos quais 27 já transcorreram”, afirmou.

Os mediadores consideram que alguns pormenores que são aparentemente fáceis de resolver, nomeadamente, a questão da despartidarização do aparelho de Estado, estão a ser “empurrados com a barriga, de tal forma que nos parece que interessa que as coisas não sejam resolvidas”.

“Chamámos a atenção para que este problema não é um problema que apenas diz respeito à Renamo. A Renamo levantou, e, de facto, teve mérito de levantar o problema como um ponto de agenda, mas é um problema que diz respeito a toda a sociedade moçambicana”, disse o chefe dos mediadores. Acrescentou que não faz sentido e nem interessa manter um Estado partidarizado.

“Nós, inclusivamente, como mediadores, produzimos um

documento que está a servir de base para a discussão, e esse documento inspirou-se no relatório do MARP, que apontava o problema da partidarização do aparelho de Estado como um problema que era necessário resolver, e o Estado, o Governo moçambicano concordou que efectivamente devia dar passos”, explicou Lourenço do Rosário. Informou ainda que igualmente chamaram a atenção ao chefe da delegação da Renamo para que podiam estar a perder o sentido de oportunidade, porque um outro partido já agendou este mesmo ponto na Assembleia da República.

“Portanto não há razão para este assunto continuar a empatar a mesa do diálogo sem solução”, declarou. Lourenço do Rosário disse ainda que o Ponto Quatro, sobre as questões económicas, também deve ser alargado, porque não é monopólio das duas partes, mas, sim, assunto que preocupa a sociedade moçambicana, porque a exclusão é uma realidade.

Nesta ronda, as partes não chegaram a nenhum consenso, tendo prevalecido o impasse.

Canal de Moçambique

Publicidade

Entre tropas do Governo e da Renamo

Comissão de inquérito da EMOCHM está no Guijá para investigar confrontos militares**Bernardo Álvaro**

Uma comissão de inquérito da Equipa Militar de Observação da Cessação das Hostilidades Militares (EMOCHM) dirigida pelo coronel zimbabweano Nelson Munjaranji saiu, no passado sábado, do subcomando regional de Inhambane com destino ao distrito de Guijá, província de Gaza, onde está a investigar os incidentes que há duas semanas envolveram tropas governamentais e homens da Renamo, soube o “Canal de Moçambique”, de fontes militares.

A EMOCHM esteve reunida na passada sexta-feira com os peritos militares do Governo e da Renamo, no âmbito dos encontros semanais, tendo sido anunciado que a referida comissão é supervisionada pelo adjunto de comissário da Polícia Xavier Tocoli, em representação do Governo, e pelo jurista e deputado Ezequiel Gusene, em representação da Renamo.

Na segunda-feira da semana passada, no decorrer da 100.ª ronda do diálogo político, a delegação da Renamo propôs a criação de uma comissão de inquérito para averiguar a origem dos confrontos, depois de acusações do Governo de

que forças militares da Renamo atacaram uma posição das FADM na lagoa de Mpunze, localidade de Nhabondze, posto administrativo de Nalazi, no distrito do Guijá.

As duas forças militares confrontaram-se nos dias 2 e 4 deste mês, sem registo de vítimas humanas, em ataques que, na versão da Renamo, foram realizados por tropas do Governo que vêm perseguindo as forças da Renamo desde Inhambane, estando estas em progressão para o Sul do país, numa tentativa de evitar choques com as FADM e a UIR.

Fontes disseram que as tropas disputavam a lagoa de Mpunze, onde as FADM, por saberem que os homens da Renamo e a população aí buscam água devido à falta desta na região, foram montar posições militares para impedir o avanço das tropas da Renamo para o Sul do país, concretamente para Maputo.

O Governo considerou os ataques como sendo o culminar das contantes ameaças do presidente da Renamo nos seus discursos durante o período pelo país, acrescentando que se tratou de uma violação do Acordo de Cessação das Hostilidades Militares assinado em Setembro de 2014.

Canal de Moçambique

mozabanco.co.mz

O Banco mais Inovador da África Austral.

O Moza Banco foi premiado pela criatividade e inovação nos serviços e soluções financeiras, que disponibiliza aos seus clientes, pela prestigiada revista Banker Africa na edição Southern Africa Banking Awards 2015.

Muito obrigado aos nossos clientes por acreditarem e confiarem em nós!

**MOZA BANCO**

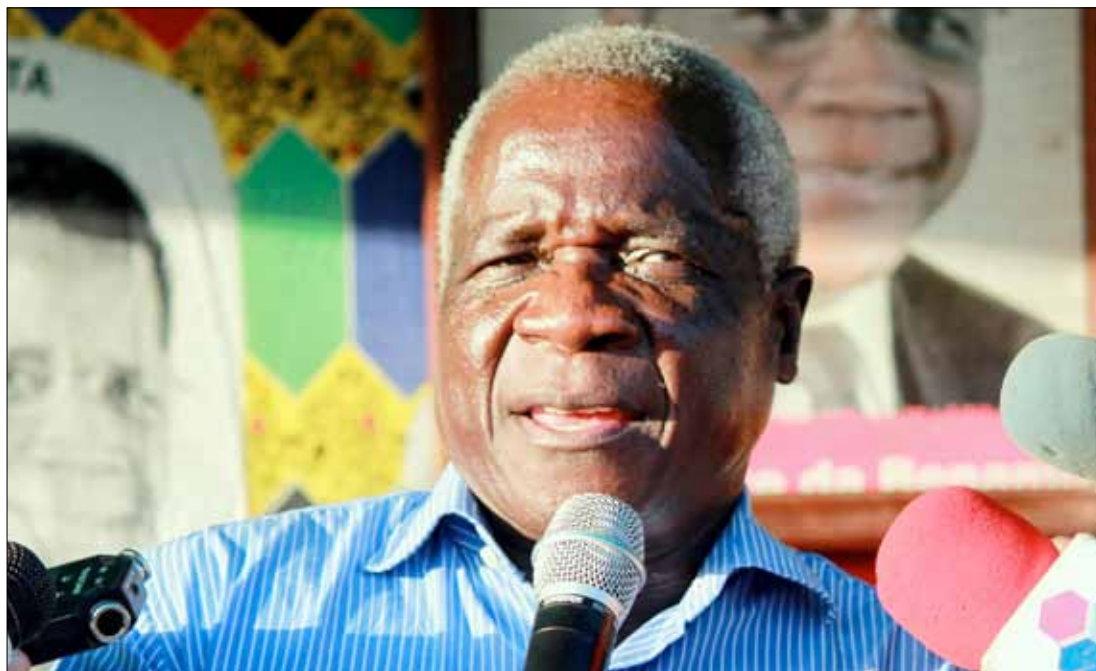
Nacional

Num encontro com professores universitários na Beira

Dhlakama diz que o país está a ser dirigido por incompetentes

José Jeco

No prosseguimento da divulgação daquilo a que chama o modelo de Governo das futuras autarquias provinciais, o presidente da Renamo, Afonso Dhlakama reuniu na cidade da Beira com professores do ensino superior e com organizações da sociedade civil. No encontro, Dhlakama disse que, para além da descentralização, as autarquias provinciais irão resolver o problema do excesso de incompetência no Governo. Dhlakama considera que os problemas nos quais os moçambicanos estão mergulhados são antigos e que, nestes sucessivos anos, há uma manifesta incapacidade do Governo para resolvê-los. O presidente da Rena-



Afonso Dhlakama, presidente da Renamo

mo disse que, nestes últimos anos, Maputo só tratou de alinhar incompetentes para abocanhar as riquezas do país.

“Vamos reparar para onde estávamos e onde estamos hoje, 40 anos independentes. Os problemas continuam os mesmos e não há avanços para o povo.”

Dhlakama disse que a Frelimo tem culpado o colono pela sua incapacidade. “Eles culpam o colono, quando, na verdade, eles representam o novo colonialismo, e hoje temos de lutar pela nossa liberdade e prosperidade. Eles estão mais preocupados em espezinhar, torturar e inutilizar as boas mentes que querem ver uma nação unida e com prosperidade”, afirmou Dhlakama.

Canal de Moçambique

Oficiais militares do Botswana voltam à EMOCHM

Brigadeiro Therego Tseretse reassume comando central da observação.

Bernardo Álvaro

O relatório dos peritos militares do Governo e da Renamo – apresentado na semana passada nas negociações políticas, na habitual reunião semanal com a EMOCHM – anunciou o regresso dos oficiais militares do Botswana à Missão de Observação da Cessação das Hostilidades Militares (EMOCHM).

Com o regresso dos oficiais militares do Botswana, o brigadeiro Therego Tseretse deverá retomar as suas funções de comandante central da EMOCHM, que eram ocupadas interinamente pelo coronel zimbabueano Nelson Munjaranji. Os oficiais militares do Botswana, que voltam a juntar-se aos oficiais da África do Sul, Cabo Verde,

Quênia e Zimbabwe, vão assumir os seus comandos, nomeadamente em Inhambane.

O Botswana é o único país que respondeu favoravelmente ao pedido de prorrogação da missão internacional da EMOCHM endereçado pelo Presidente da República, Filipe Nyusi, aos nove países integrantes da EMOCHM. Portugal (que comandava a subunidade de Nampula), o Reino Unido da Grã-Bretanha (que comandava Sofala), a Itália (que coadjuvava o Comando Central) e os Estados Unidos da América (que nunca integraram a comissão desde a sua constituição no ano passado) ainda não responderam a este segundo pedido.

A Renamo considera o regresso do comandante Tseretse como uma forma de harmonizar a situação. O



Governo diz congratular-se com o regresso dos oficiais do Botswana. As partes já

chegaram a consenso sobre a retomada das funções do comandante Tseretse,

que é o oficial com a patente mais alta, a de brigadeiro.

Canal de Moçambique

Nacional

Assembleia da República

MDM diz que Plano Quinquenal do Governo agrava desigualdades regionais

“Não obedeceu ao princípio de equilíbrio regional. (...) Incentiva o desequilíbrio económico, social e regional no país” – bancada parlamentar do MDM



André Mulungu

O Governo apresentou semana passada ao parlamento o seu Plano Quinquenal. O documento traça como principais linhas de força: a consolidação da unidade nacional, da paz e da soberania; o desenvolvimento do capital humano e social; a promoção do emprego, da produtividade e da competitividade; o desenvolvimento de infra-estruturas económicas e sociais; a gestão sustentável e transparente dos recursos naturais e do ambiente.

Segundo a proposta, o Plano Quinquenal do Governo prevê também a “garantia do Estado de Direito democrático, boa gover-

nação e descentralização; promoção do ambiente macroeconómico, equilíbrio sustentável e reforço da cooperação internacional”.

As bancadas da oposição, nomeadamente, a Renamo e o Movimento Democrático de Moçambique, em todas as comissões, recomendaram ao plenário para reprová-lo, por só apresentar intenções e não se referir ao que pretende e como pretende fazer. A bancada da Frelimo entende o contrário. Aquela bancada diz que o Governo apresenta uma proposta consistente com o que designa como “vontade manifestada pelos moçambicanos” nas eleições de 15 de Outubro do ano passado.

A proposta não obedeceu ao princípio de equilíbrio regional

A bancada parlamentar do MDM considera que a proposta do Plano Quinquenal do Governo “não obedeceu ao princípio de equilíbrio regional”. No entender daquela bancada, a proposta “não apresenta a materialização do programa em regiões”, o que “incentiva o desequilíbrio económico, social e regional no país”. Considera ainda a bancada do MDM que o Governo não se pronunciou sobre a descentralização, designadamente em relação à transferência dos sectores da saúde e do transporte

urbano para as autarquias locais.

A proposta é um enumerado de intenções

Os deputados da Renamo na Primeira Comissão, a Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade, vêem no Plano Quinquenal do Governo “um enumerado de intenções e vontades, que não encontram uma expressão objectiva passível de ser monitorada”. O documento “carece de indicadores objectivos que possam permitir à Assembleia da República realizar com eficácia o seu mandato de fiscalizador da acção governativa”, lê-se na posição

dos deputados da Renamo, que consta no parecer da Primeira Comissão. A Renamo diz que o povo deve ser informado sobre o que o Governo se propõe realizar e que o Plano Quinquenal do Governo seria muito útil se o Governo indicasse o número de professores que pretende formar e quantas salas de aulas pretende construir durante o quinquénio.

Por sua vez, a Frelimo fala de um programa “pragmático” que engloba as diversas aspirações, “independentemente dos interesses e filiações partidárias, da condição religiosa, das regiões de origem, do credo ou raças”.

Canal de Moçambique

publicidade



SEREPREL EXPRESSO

Serviço de Estafeta, correio expresso, carga e representação
Av. Zedequias Manganhela, nr 591, 1 andar porta 6 - Maputo
Tels. 82+9277680, 846606820 e 84-3980788
Correio eletrónico: sereprel.expresso@teledata.mz

Recolhemos no domicílio e entregamos na porta do destinatário:

- POSTAIS
- CONVITES
- BRINDES
- ENCOMENDAS
- FACTURAS
- PRESENTES
- OUTROS SERVIÇOS DE ESTAFETA

Para mais informação contacte-nos através do endereço indicado.

Centrais

Papa chama “genocídio” ao massacre em 1915 e gera indignação na Turquia



Está aberto um conflito diplomático entre o Vaticano e a Turquia. Depois de o Papa Francisco ter dito, no passado domingo (dia 12), que a morte de 1,5 milhões de arménios durante a I Guerra Mundial, quando o Império Otomano se desfazia, foi o “primeiro genocídio do século XX”, o Governo de Ancara reagiu considerando que o comentário criou “um problema de confiança”. Segundo explica a BBC, Francisco não foi o primeiro Papa a usar a palavra “genocídio”. O termo consta num documento assinado em 2001 por João Paulo II, mas este Papa foi o primeiro a pronunciar-la publicamente, e o termo ecoou sob as abóbodas da Basílica de São Pedro.

Francisco estava consciente do impacto que as suas palavras iriam ter. Pronunciou-as durante a missa, e na presença do presidente arménio, quando se celebrava a vida de São Gregório de Narek, o místico arménio do século X que foi declarado doutor da Igreja Católica. O Papa disse que a humanidade viveu “três tragédias sem precedentes” no século passado. “O primeiro, que é considerado o primeiro genocídio do século XX, atingiu o povo arménio.” A seguir referiu-se aos crimes “do nazismo e do estalinismo” e disse que outros genocídios aconteceram posteriormente, no Camboja, no Burundi, no Ruanda e na Bósnia. “Esconder ou negar o mal é como permitir que uma

ferida continue a sangrar sem se tratar dela”, disse o Papa. Em concreto sobre os arménios, o Papa recordou o “massacre inútil” e defendeu ser “necessário e até um dever” honrar a memória das vítimas. Mas logo de seguida vincou que a sua condenação era para todos os genocídios, ao dizer: “Falhas de memória” em relação a episódios como este fazem com que o mal continue a “infectar as feridas”.

Turquia reage

O Governo de Ancara reagiu de imediato. O embaixador do Vaticano na Turquia foi chamado e foi-lhe transmitido que o Governo turco “lamentava pro-

GUERRA DE PALAVRAS
Turquia e Arménia divergem sobre se morte de mais de 1

- Extensão histórica do território arménio
- Locais de extermínio
- Rotas das marchas no deserto que os arménios eram obrigados a fazer
- Locais onde mais morreram arménios

MASSACRE
Acusados de apoiar os russos –adversários do então Império Turco-Otomano– durante a Primeira Guerra (1914-1918), centenas de milhares de arménios foram mortos ou obrigados a marchar sem comida ou água pelo deserto

QUANDO
1915-1917

MORTOS
Mais de 1 milhão, segundo estimativas

PO
Tur arménios, termo “ge ao contex e não a u pelo gove

Fonte: Graphic News e BBC

The map shows the geographical context of the Armenian genocide. It highlights the historical Armenian territory in the region of the Ottoman Empire, marked with a brown square. Pink dots indicate the locations of extermination. Pink arrows show the routes of the death marches across the desert, where Armenians were forced to travel without food or water. Red dots mark the locations where the most Armenians died. The map also shows the Mediterranean Sea (Mar Mediterrâneo) and the cities of Ankara and Istanbul in Turkey.

publicidade

de arménios

fundamente” o que acontecera e ficara “desapontado” com as palavras do Papa. Foi dito ao embaixador que Francisco criou “um problema de confiança” entre os dois Estados. O embaixador turco no Vaticano chegou a marcar uma con-

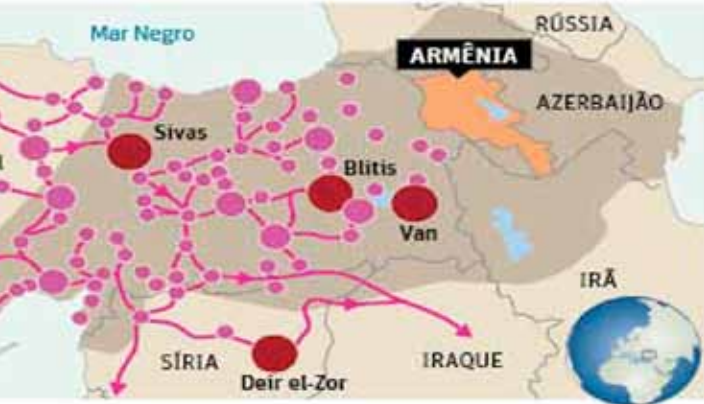
W
A Arménia defende que entre 1,5 e 1,7 milhões de arménios foram mortos entre 1915 e 1916 pelos turcos otomanos.

ferência de imprensa, quando soube que o Papa se iria referir ao genocídio, mas cancelou-a. A Reuters diz que Francisco tinha uma relação de grande proximidade com a comunidade arménia quando era cardeal na Argentina. Em 2014, o então primeiro-ministro turco, Recep Erdogan (agora presidente), apresentou as suas condolências aos descen-

dentes dos arménios que perderam a vida. Mas considerou que a Arménia, cujas relações com a Turquia estão ensombradas pelo massacre da I Guerra, não deve transformar a questão “em matéria de conflito político”. A Arménia afirma que entre 1,5 e 1,7 milhão de arménios foram mortos entre 1915 e 1916 pelos turcos otomanos. Ancara diz que o número é bem menor. Afirma que muitos arménios foram vítimas dos combates e frisa sempre que também morreram muitos turcos. A maior parte dos professores universitários não turcos classificam estas mortes como genocídio, e entre os Estados que reconhecem formalmente o genocídio estão a Argentina (o país do Papa Francisco), a Bélgica, o Canadá, a França, a Itália, a Rússia e o Uruguai. Logo em Maio de 1915, a França, a Rússia e o Reino Unido assinaram uma declaração conjunta contra o massacre, considerando que tinha sido cometido um “crime contra a humanidade e a civilização”. Os EUA e outros aliados da Turquia têm sempre fugido ao uso do termo, para evitar esfriar as relações com Ancara, parceira estratégica importante à porta do Médio Oriente. **(Público)**

Canal de Moçambique

milhão de arménios deve ser chamada de “genocídio”



ARMÊNIA

RESTO DO MUNDO
Mais de 20 países, entre eles Argentina, França, Itália, Rússia e Uruguai, além do Parlamento Europeu, admitem o genocídio. A maioria dos países, entre eles Brasil, Estados Unidos, Israel, Reino Unido, não



HARARE

NA NOSSA COMPANHIA FICA MAIS RÁPIDO.
AGORA COM VOO DIRECTO E A JACTO.

MAPUTO - HARARE

3X SEMANA

DE	HORA DE PARTIDA	PARA	HORA DE CHEGADA	DÍAS DA SEMANA
MAPUTO	11:40	HARARE	13:20	SEG / QUA / SEX
HARARE	14:00	MAPUTO	15:40	SEG / QUA / SEX

Compre o seu bilhete em www.lam.co.mz, loja LAM, Agência de Viagens ou ligue para o Call Center +258 82147 | 84147 | 21468800



Nacional

Gaza

Agentes da PRM implicados na caça furtiva conhecem sentença no dia 22 de Abril



Bernardo Álvaro

O Tribunal Judicial da província de Gaza poderá ler no próximo dia 22 de Abril a sentença dos 18 réus, 14 dos quais oficiais da Polícia da República de Moçambique, que foram presos entre finais de 2013 e princípios de 2014, por envolvimento em caça furtiva no distrito de Massingir, soube o **Canal de Moçambique**.

Segundo as nossas fontes, o julgamento dos 18 réus aconteceu entre meados de Fevereiro e princípios de Março do corrente ano.

Todos os réus foram julgados estando em liberdade, depois de terem pago fiança ao tribunal em montantes que, segundo as nossas fontes, variaram de 35.000 a 50.000 meticais.

Em relação aos agentes da Polícia, o **Canal de Moçambique** sabe que todos voltaram aos postos de trabalho em Massingir e, outros, no comando provincial da PRM em Gaza, como são os casos do antigo comandante distrital da PRM em Massingir e o então chefe da Brigada de Trânsito de Massingir.

Sobre os agentes, para além dos processos-crime, foram-

lhes instaurados processos disciplinares cujo desfecho depende do que vai ditar a sentença do tribunal, que será proferida a 22 de Abril corrente.

Segundo as nossas fontes, se a pena do tribunal for de dois ou mais anos de prisão maior, a pena do processo disciplinar poderá ser de expulsão da corporação.

Os factos conhecidos

Os 18 réus tinham sido presos devido à acusação de envolvimento em caça furtiva de rinocerontes no Parque Nacional

do Limpopo, na província de Gaza, onde as autoridades dizem estar preocupadas com os níveis de caça furtiva sobretudo envolvendo agentes da Polícia.

Entre os implicados estão o antigo comandante da PRM em Massingir, o chefe das Operações do comando provincial da PRM em Gaza, o chefe da Brigada de Trânsito de Massingir, o comandante da 1.ª Esquadra da PRM no Xai-Xai e outros oficiais, sargentos e guardas, que chegaram a recolher por alguns dias aos calabouços.

Os agentes foram indiciados de terem neutralizado um

grupo de caçadores furtivos, ao qual capturaram cornos de rinocerontes em quantidades não especificadas, tendo posteriormente vendido e dividido o dinheiro entre si. Alguns dos furtivos, que se dizia terem fugido na ocasião, acabaram por aparecer durante o processo de julgamento.

Consta que os polícias do Xai-Xai empreenderam uma viagem a Massingir, onde se juntaram ao comandante distrital da Polícia e ao chefe da Brigada da Polícia de Trânsito, para posteriormente fazerem uma emboscada aos caçadores furtivos, que culminou com a neutralização dos mesmos e a recuperação dos cornos.

Constou também então que os caçadores puseram-se em fuga, mas supõe-se que os agentes permitiram a fuga daqueles mediante suborno, como forma de aqueles oficiais se apoderarem dos cornos que viriam a vender para benefício próprio.

A viagem dos agentes a Massingir e a consequente emboscada aos caçadores furtivos aconteceu no dia 16 de Dezembro de 2013, tendo o comando provincial da PRM tomado conhecimento no dia seguinte. Seguiram-se as investigações para apuramento dos factos, que determinariam a detenção dos oficiais, todos eles agora em liberdade mediante o pagamento de uma caução. O veredicto final poderá ser conhecido a 22 de Abril.

Canal de Moçambique

publicidade

Anuncie no
Canal de Moçambique e Canalmoz

Contacte-nos:

canal.i.canalmoz@gmail.com ou

Telefone: (+258) 823672025 | (+258) 842120415 | (+258) 828405012

Província de Maputo

Cidadãos indignados com a Direcção da Identificação Civil da Matola

Cláudio Saúte

Os utentes dos serviços de identificação civil na cidade da Matola estão indignados com a falta de informação sobre o que está por detrás da demora na entrega dos Bilhetes de Identidades. Milhares de cidadãos dependem destes documentos para tratarem de outros documentos e para movimentarem as suas contas bancárias, mas a DIC parece estar muito a leste desta necessidade.

Oficialmente, as Direcções de Identificação Civil têm o prazo de duas semanas para entregarem um BI ao seu titular. Mas há mais de um ano que alguns cidadãos estão à espera de levantar os seus Bilhetes de Identidade na Direcção de Identificação Civil da Matola, e ninguém explica porque é que ainda não existem os BI's.

“Sou um cidadão residente na cidade da Matola. Estou indignado com a Direcção de Identificação Civil por falta de informação sobre o que estará por detrás da demora na entrega dos Bilhetes de Identidades”, disse um cidadão.

Acrescentou que na DIC ninguém sabe dizer qual é a causa da demora. “Não sabemos se os BI's já têm novos prazos de entre-



ga. Se o processo passou de duas semanas para 12 meses, deviam informar-nos. Mas ninguém dá uma satisfação. Quem sofre com isso somos nós. A vida fica paralisada e as contas ficam congeladas por falta deste documento”, disse o mesmo cidadão. Um jovem que interpelámos nos corredores da DIC afirmou que os bancos não dão quase nenhuma alternativas

para quem não possui este documento. A DIC tem dado um talão de espera do BI, mas este talão não tem valor algum, visto que com o mesmo não é possível tratar nada.

“Pedimos esclarecimento junto da DIC para, pelo menos, sabermos quanto tempo leva a emissão de um Bilhete de Identidade, para que no futuro saibamos tomar as devidas precauções, para evitar os

prejuízos que são criados pela falta deste documento”, disse o jovem.

Comandante diz que está fora do país

Os serviços da Direcção Nacional de Identificação Civil subordinam-se ao Ministério do Interior. Nas províncias, os representantes do ministro do Interior

são os comandantes provinciais.

O **Canal de Moçambique** ouviu o comandante provincial da PRM de Maputo, Jeremias Machaieie, sobre o assunto, mas este disse que estava fora do país.

“Estou fora do país. Fale com Argentina, directora dos Bilhetes. Vai explicar o que está acontecer”, disse Machaieie.

Canal de Moçambique

Na cidade do Chókwè, província de Gaza

Mulher tenta vender criança por 50.000 meticais

Bernardo Álvaro

Elisa Rafael, de 27 de anos de idade, foi detida na passada segunda-feira, 6 de Abril, em Lionde, na cidade do Chókwè, província de Gaza, depois de ter sido apanhada em flagrante a tentar vender um menino de oito anos de idade por 50.000 meticais.

A Polícia, em Gaza, informou ao **Canal de Moçambique** que Elisa Rafael raptou o menor em Nhampunguane, no distrito do Guijá, onde reside, e a detenção ocorreu graças à denúncia do suposto comprador, um homem de 63 anos de idade cuja identidade não foi revelada.

O porta-voz da PRM em Gaza, Jeremias Langa, disse que a mulher declarou à Polícia que queria vender a criança para fins do seu sustento. Acrescentou que o menino que estava à venda não faz parte da família da mulher.

Ainda no Chókwè, Valdo Gaspar, de 30 anos, e Eugénio Joaquim, de 31 anos, foram detidos na posse de uma pistola de imobilização, depois de terem assaltado um homem de 61 anos, a quem arrancaram um telemóvel da marca Nokia. No distrito de Massingir, concretamente na reserva de safari, as autoridades apreenderam uma viatura de marca Toyota Corola, contendo no



Vista parcial da cidade do Chókwè

seu interior uma arma Mauser de calibre 458, um machado e três pastas com vários mantimentos.

A Polícia diz que os cinco ocupantes que vinham na viatura, e que se supõe que sejam caçadores furtivos, fugiram, depois de se aperceberem da presença da Polícia.

Também em Massingir, na aldeia “Década da Vitória”, Obadias Feijão, de 49 anos de idade, foi detido, na companhia de outros dois indivíduos com que vinha na viatura Isuzu MLW-69-05, que foi interceptada pela Polícia. No interior da viatura, foi encontrada uma caçadeira de calibre 12 com 6 cartuchos, que foi apreendida.

Canal de Moçambique

Ciência e Tecnologia

Tribunal australiano quer identificar autores de “downloads” ilegais

Queixa apresentada por empresa que detém direitos de autor do filme “O Clube de Dallas”.



Um tribunal federal australiano ordenou a seis empresas fornecedoras de serviços de internet, a operar no país, que identificassem os seus clientes que descarregaram ilegalmente o filme “O Clube de Dallas” (“Dallas Buyers Club”). O processo foi lançado pela empresa norte-americana que detém os direitos de autor do filme lançado em 2013.

A queixa foi apresentada pela Dallas Buyers Club LLC, uma subsidiária da Voltage Pictures. No processo entregue em tribunal, a empresa identificou 4726 endereços de IP únicos na Austrália a partir dos quais o filme foi partilhado “online”, por via BitTorrent, ou foi descarregado, sem consentimento legal.

Na terça-feira, foi conhecida a decisão final do tribunal. O juiz do Tribunal Federal da Austrália, Nye Perram, considerou que a informação relativa aos clientes das operadoras poderia ser disponibilizada sob a condição de que

apenas poderá ser usada para estabelecer uma compensação pela violação dos direitos de autor.

“Imponho ainda a condição aos queixosos de que devem enviar-me uma cópia de qualquer carta que pretendam enviar aos proprietários das contas com os endereços de IP que foram identificados”, determinou o juiz, que exige às seis empresas que garantam que as identidades dos visados sejam mantidas em segredo.

Nye Perram considera que é necessário reforçar as medidas de dissuasão da pirataria e que se impõe uma decisão como a que foi tomada agora. Esta deliberação abre precedentes não só na Austrália, líder quanto ao número de partilhas ilegais de ficheiros, mas também noutros países.

Os operadores australianos, entre eles a iiNet Limited, a Internode e a Dodo Services Pty, consideram que os seus clientes podem ficar agora sujeitos a pedidos de compensação especulativos por parte da Dallas Buyers Club LLC,

que irá exigir o pagamento de uma espécie de indemnização pela violação dos direitos de autor. As empresas receiam ainda que a decisão do tribunal permita a perda do di-

W
Este é o primeiro processo do género na Austrália mas não é o primeiro avançado pela Dallas Buyers Club LLC.

reito à privacidade dos seus clientes quando navegam “online”.

Este é o primeiro processo do género na Austrália, mas não é o pri-

meiro lançado pela Dallas Buyers Club LLC. A empresa apresentou queixa nos Estados Unidos contra 107 pessoas, por suspeita de distribuição ilegal de “O Clube de Dallas”. No passado, pedidos de compensação como os que foram apresentados na Austrália levaram à exigência de pagamentos no valor de 7000 dólares ou superiores, recorda o “Wall Street Journal”.

A iiNet Limited, o segundo maior fornecedor de serviços de internet na Austrália, emitiu um comunicado após ser conhecida a decisão, no qual sublinha que, no contrato estabelecido com os seus clientes, a partilha e “download” ilegal de ficheiros não são permitidos.

“Pode parecer razoável um estúdio de cinema pedir a identidade daqueles de quem suspeita estarem a violar os seus direitos de autor. No entanto, isso só faria sentido se o estúdio de cinema tivesse a intenção de usar essas informações de forma justa, incluindo permitir ao alegado infractor ir a tribunal

para defender o seu caso”, defende a empresa, que afirma ter “sérias preocupações” quando às intenções da Dallas Buyers Club LLC.

Para já, ainda não foi dado a conhecer se as seis empresas vão recorrer da decisão do Tribunal Federal.

O “Clube de Dallas” (“Dallas Buyers Club”), que tem como protagonistas Matthew McConaughey e Jared Leto, retrata a procura de medicamentos adequados para o tratamento da sida, ainda nos anos 80. Os dois actores, que se submeteram a uma visível transformação física para as suas interpretações, foram galardoados nos Óscares pelos seus papéis. Matthew McConaughey recebeu o Óscar para “Melhor Actor”. Jared Leto recebeu o Óscar para “Melhor Actor Secundário”.

O filme conseguiu receitas num valor superior a 27,2 milhões de dólares nos Estados Unidos e perto de 28 milhões nas salas de cinema no estrangeiro. **(Público)**

Canal de Moçambique

Ciência e Tecnologia

EUA condenam a 18 anos de prisão homem que criou “sites” de “vingança porno”

Kevin Christopher Bollaert criou “sites” com fotografias que publicou sem autorização dos envolvidos e ainda ganhou milhares de dólares a vender as imagens.

Um homem foi condenado a 18 anos de prisão nos Estados Unidos depois de ter criado “sites” com mais de 10 mil fotografias sexualmente explícitas de pessoas que não deram o seu consentimento para tal, uma prática que está judicialmente enquadrada e conhecida como “vingança porno” ou “pornografia de vingança”.

Kevin Christopher Bollaert, de 28 anos, foi dado na sexta-feira como culpado de 27 delitos por um tribunal em São Diego, na Califórnia. Trata-se da gestão de vários “sites” de “pornografia de vingança”, através dos quais conseguiu arrecadar milhares de dólares, informa a agência noticiosa AFP, explicitando que em causa estão casos de extorsão e de roubo de identidade.

A primeira criação remonta a Dezembro de 2012, altura em que começou a divulgar fotos comprometedoras sem o consentimento dos envolvidos. As fotografias eram tiradas com o consentimento dos retratados, mas de seguida eram divulgadas sem o acordo dos mesmos. Houve também casos



A Califórnia publicou em Outubro de 2013 uma legislação específica para este tipo de crimes

de roubo ou de imagens obtidas através de pirataria informática. Além das imagens, Kevin Christopher Bollaert divulgava também, em muitos casos, outros dados pessoais dos envolvidos, como a morada ou o “link” para os perfis na rede social Facebook.

O esquema não ficou por aqui. Kevin foi também condenado por ter criado um outro “site” através do qual pedia 350 dólares às pessoas que o contactavam para adquirir as fotografias. O processo contou com o testemunho de 21 vítimas. Uma delas

disse perante as autoridades judiciais que a divulgação das imagens representou “uma espiral” na sua vida, com a própria mãe a deixar de lhe falar. “Esta condenação mostra claramente que as consequências para quem se aprofiteia de exploração de vítimas

através da Internet são graves”, ilustrou a procuradora da Califórnia, Kamala D. Harris, acrescentando que os “cobardes” que cometem crimes atrás de computadores não se vão conseguir “proteger da justiça e da prisão”. A lei que regulamenta os casos de “pornografia de vingança” naquele Estado norte-americano foi promulgada em Outubro de 2013 pelo governador da Califórnia, Jerry Brown. Na Califórnia, já vigorava um diploma contra a divulgação de fotografias não autorizadas que violem a privacidade, mas a nova lei abrange as fotografias tiradas com autorização, por exemplo quando um casal vivia junto, e que depois são publicadas na internet sem a autorização do antigo parceiro. Em Portugal, não há uma legislação que criminalize directamente estas práticas, uma vez que o crime de devassa da vida privada, previsto no Código Penal, já abrange a divulgação de imagens das pessoas sem o seu consentimento e com a intenção de devassar a sua vida privada. (Público)

Canal de Moçambique

publicidade

Preçário de Assinaturas | Distribuição diária por e-mail | 20 edições mensais

Canalmoz

Tipo de Assinante	(USD) Contratos Mensais (i)	(USD) Contratos Anuais (12 Meses) (ii)
(a) Pessoa Singular	20	15 usd x 12 meses = 180 usd
(b) Empresas e Associações de Direito Moçambicano	40	30 x 12 = 360
(c) Órgãos e Instituições do Estado	50	40 x 12 = 480
(d) Embaixadas e Consulados em Moçambique e Organismos Internacionais	60	50 x 12 = 600
(e) Embaixadas e representações Oficiais de Moçambique no exterior	60	50 x 12 = 600
(f) ONG's Nacionais	30	20 x 12 = 240
(g) ONG's Internacionais	50	40 x 12 = 480

- Notas
- Os valores expressos poderão ser pagos em Meticais ao cambio do dia do mercado secundário
 - Nas facturas e recibos inerentes deve-se mencionar a letra que corresponde ao tipo de assinatura
 - (i) Pronto pagamento ou débito directo em conta bancária
 - (ii) Pronto pagamento ou débito directo em conta bancária

Desporto

Joaquim João, antigo jogador, desabafa

“Os dirigentes desportivos moçambicanos não estão à altura”



Joaquim João, antigo capitão da selecção nacional de futebol e do Ferroviário de Maputo

Cláudio Saúte

O antigo capitão da selecção nacional de futebol e do Ferroviário de Maputo, Joaquim João, também conhecido como “J.J.”, disse, em entrevista ao **Canal de Moçambique**, que a principal razão para o insucesso do futebol nacional são os dirigentes desportivos. Diz que não tem orgulho nos dirigentes desportivos moçambicanos, porque estão a levar o futebol para o abismo.

A seguir, acompanhe a conversa com Joaquim João.

Canal – Num intervalo de 60 dias, duas equipas moçambicanas (Ferroviário da Beira e Liga Desportiva de Maputo) foram afastadas das competições internacionais. Aconteceu o mesmo com a selecção nacional de Sub-23, afastada na qualificação para os Jogos Africanos do Congo-Brazzaville. O que é que o país precisa para sair deste marasmo em que o futebol está mergulhado?

Joaquim João (J.J.) – Não te-

mos um jogador na Liga inglesa. Se conhece um, aponte. Nem na Espanha, na Itália ou na Alemanha. Se não temos jogadores nesses campeonatos, o que é que nós queremos? Enquanto o Gana, os Camarões, a Costa do Marfim, o Togo e o Mali têm jogadores a militar nestas Ligas. Portanto, o ritmo deles é outro. Nós estamos a brincar com coisas sérias.

Canal – Onde é que falhámos?

J.J. – Falhámos na base. Não se aposta na formação com seriedade, e concretamente aqui em Moçambique não há formação. Qual é o clube a militar no Moçambola em que podemos encontrar um técnico conceituado na área de formação de juvenis ou juniores? A partir daí, alguma coisa não está bem. Não há estímulos que cativem os treinadores que estejam a trabalhar nas áreas de formação, a fazer um trabalho consequente. Também algumas pessoas, de que não vou citar os nomes, não querem ouvir dos mais velhos. Esse é o mal. Nós, jogadores de antigamente, temos personalidade e dignidade. Estou a falar

dos Condes, Nuro Americano, Calton, Cremildo Gonçalves, Siteo, entre outros. Onde é que eles estão? Porque é que não se aproveitam, para treinarem ou estarem no gabinete técnico? Dar exemplo. Não temos isso.

Canal – Joaquim João nunca foi convidado?

J.J. – Eu já trabalhei no gabinete técnico da Federação Moçambicana de Futebol quase 10 anos. Conheço bem a federação. Mas eu poderia ter dado mais. Se um dia me convidarem para trabalhar num sector chave e sério... Mas não como treinador, porque essas coisas de treinar, para mim é do passado.

Hoje, estou a trabalhar como assessor no Ferroviário de Inhambane. Vou elaborando alguns projectos que estão a ser muito úteis. Este é um desporto que me pôs satisfeito. Estou bem na província de Inhambane.

Os clubes devem chamar aqueles que sabem, para tecerem opiniões, darem palestras, conversarem e explicarem os momentos difíceis e bons do nosso país.

Canal – Não acha que os mais velhos são tidos como ultrapassados por algumas pessoas?

J.J. – Não há uma pessoa ultrapassada no mundo. Dizem que uma pessoa com uma certa idade é uma enciclopédia, queira assim ou não. Não é só aquelas pessoas que foram para as academias. Reconheço que deve haver formação, mas a veteranía é um posto. Por exemplo, os estrategas militares nem todos vêm da academia. Portanto, se pensam assim, estão a perder. A panela velha é que faz comida boa. Lamento, porque podia aproveitar-se a nossa sabedoria e experiência.

Canal – Pode dar exemplo de alguma “panela velha”?

J.J. – Temos o exemplo de Cossa, ex-Ferroviário de Maputo, que já marcou cinco golos no mesmo jogo. Marcou um golo contra a selecção dos Camarões. Domou os “Leões”. Mas está no anonimato, devido à mentalidade dos nossos dirigentes. Estou a falar de falta de valorização. Se eu não estou no anonimato,

não é porque sou esperto ou porque fui melhor do que os outros. Apenas tive sorte e persistência. Cabo Verde nasceu hoje, mas já tem uma academia. Aqui, os miúdos não conhecem a história do nosso futebol. Antes de morrerem, valorizem estas pessoas. Cinco golos num jogo da selecção não é brincadeira. Eu não tenho medo de ninguém. Tenho 62 anos de idade, dos quais 42 ligados ao desporto. É para ter medo de quê? Estou a lutar para a valorização destas figuras. Muita gente não sabe quem marcou o primeiro golo que levou Moçambique ao primeiro Campeonato Africano das Nações e com que selecção. Começámos em Benghazi, na Líbia, fomos a Lilongwe, no Malawi, e a Port-Louis, nas Maurícias.

Canal – Mas o senhor foi treinador de Sub-20.

J.J. – Eu, quando era treinador de Sub-20, fui vítima de um “complot”. Trabalhei com Aiman, que é um egípcio, com Matine e com o falecido Mário

(Continua na página seguinte)

Desporto

(Continuação da página anterior)

Coluna. Todos estes sentiram, mas hoje temos alguma selecção de Sub-20? Não. E agora, hoje, o Mexer, o Dário Khan, o Paíto, o Josimar, entre outros, passaram pelas nossas mãos no Sub-20.

ENH

Canal – A equipa da ENH no Moçambola faz todas as viagens por via aérea, diferentemente do que acontecia com o Vilanculos FC. Como antigo praticante do futebol, até que ponto acha que isto vai reduzir o desgaste físico dos atletas?

J.J. – O Vilanculos Futebol Clube sentiu isso na pele. E a turma da ENH não vai ter esses problemas, porque todas ligações serão por avião. A equipa

está integrada numa das melhores empresas, em termos de prestígio, em Moçambique. Não vamos esquecer que a ENH está ligada ao gás e é estável no capítulo orçamental. Antes, para ir jogar em Nampula, Beira, Tete, Quelimane ou Nacala, primeiro teriam que ir por via terrestre até Maputo. A direcção de ENH, em sete meses, conseguiu pôr uma equipa no Moçambola. Não é qualquer direcção que faz isso. É uma equipa que admiro. Tenho aproximação com os treinadores. A ENH é uma equipa para ombrear com qualquer equipa que está no Moçambola.

Canal – Que acha do Moçambola 2015?

J.J. – Acho que haverá algum

equilíbrio. A hegemonia do futebol do Sul está em decadência. Cuidado com os Ferroviários da Beira, de Nampula e de Nacala. Digo isso porque o trabalho que está sendo desenvolvido nessas províncias é sério. Não falo por ser do Ferroviário. Falo por ter estado nestes locais. Vi trabalhos sérios, desde a direcção até aos jogadores, os resultados que o Ferroviário da Beira obteve no Moçambola passado. Foi a Maputo vencer a Liga Desportiva de Maputo. Foi finalista vencido na Taça de Moçambique. O Ferroviário de Nampula apresenta melhor futebol do que o meu Ferroviário de Maputo. Estão a apresentar um futebol de primeira linha. Agora não há pequenos nem grandes.

Canal – Quando foi jogador, recebeu algum convite para jogar fora?

J.J. – Depois da Independência Nacional, fui convidado para jogar na África do Sul a troco de uma mala cheia de randes. Neguei. Agora não sei se fui burro. Os meus colegas, como Cadango, mais outros, abandonaram o país. Foi naquele momento em que os moçambicanos não podiam jogar fora. Éramos proibidos pela política daquele momento. Em 1973, o Benfica de Portugal precisou de mim, mas não fui. Estou aqui até hoje, por isso não aceito ser pisado.

Canal – Alguma mágoa com o seu país?

J.J. – Não tenho mágoa de ser moçambicano. Mas também não tenho orgulho dos dirigentes desportistas moçambicanos. Isso não tenho. Não tenho orgulho da forma como estamos a ser tratados.

Canal – Que acha da nomeação dos novos dirigentes do Ministério da Juventude e Desporto?

J.J. – Quero saudar a nomeação do ministro Nkutumula e da vice-ministra Ana Flávia e desejar-lhes boa sorte. Mas devem tentar fazer algo para melhorar o nosso desporto. O ministro é um jurista e a vice-ministra é desportista. O que eles devem fazer é colocar as pessoas certas nos lugares certos, de modo a remarem no mesmo barco.

Canal de Moçambique

Com idades dos 10 aos 11 anos

Na cidade de Maputo 160 crianças aprendem prática de “rugby”



Raimundo Moiane

Um grupo de 160 crianças de ambos os sexos e com idades dos 10 aos 11 anos está a aprender a prática de “rugby” na cidade de Maputo. Trata-se de uma modalidade desportiva que é muito praticada na Europa, nos Estados Unidos da América e na África do Sul,

e que, neste momento, está ser introduzida pela primeira vez de forma massiva em Moçambique, através do apoio da empresa moçambicana de segurança “G4S”, em parceria com a “Pride Foundation” da Inglaterra. Segundo Pedro Baltazar, administrador da “G4S”, nesta primeira fase a iniciativa abrange crianças de ambos os sexos,

com idades dos 10 aos 11 anos, seleccionadas em três estabelecimentos do ensino do distrito municipal de KaMavota, nomeadamente, as escolas da Costa do Sol, do Chihango e da “Cidadela da Criança”, da ADPP. O referido grupo de crianças está a aprender as regras do “rugby” com oito instrutores vindos da Inglaterra, da Alemanha e

dos Estados Unidos da América. Para além da divulgação e massificação da modalidade no país, a iniciativa visa também criar o gosto pela prática desportiva nas crianças moçambicanas, e insere-se no âmbito da responsabilidade social da “G4S”. Para além de Moçambique, a iniciativa está ser desenvolvida em outros seis países

do continente africano, concretamente na Tanzânia, no Quênia e na África do Sul. Até agora, a modalidade de “rugby” em Moçambique tem vindo a ser praticada de forma recreativa desde há cerca de três anos por um grupo de pessoas muito reduzido.

Canal de Moçambique

Economia e Empresas

Exportações para o Brasil continuam diminutas



Agostinho Vuma, vice- presidente da CTA

A Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA) diz-se preocupada com o baixo volume de exportações para o Brasil, que actualmente não ultrapassa a barreira de 1%, o que revela que as empresas nacionais têm optado

pouco pelo mercado brasileiro.

Falando durante a cerimónia de abertura do Seminário sobre Oportunidades de Negócios entre Brasil e Moçambique, na segunda-feira, 13 de Abril, na cidade de Maputo, Agostinho Vuma, vice- presidente da CTA,

afirmou que, para alterar este cenário pouco favorável, as empresas nacionais devem reforçar a sua capacidade técnica e financeira, para competir em pé de igualdade com as empresas estrangeiras que investem no país.

Ainda segundo Agostinho

Vuma, é necessário que os investimentos que têm sido feitos no país beneficiem, em primeiro plano, o empresariado nacional, o que pode ser feito através de parcerias, consórcios e transferência de tecnologias, pois só assim é que serão cria-

dos mais postos de trabalho.

Sobre o seminário, organizado pela Câmara de Comércio, Indústria e Agropecuária Brasil-Moçambique, o vice-presidente da CTA considerou que o mesmo constitui uma “excelente oportunidade para a troca de experiências entre empresários dos dois países, cujas relações comerciais têm vindo a crescer nos últimos tempos”.

Por seu turno, Sabrina Ferraz, directora regional da Câmara de Comércio, Indústria e Agropecuária Brasil-Moçambique, informou que, entre 2009 e 2013, as trocas comerciais entre os dois países cresceram 34,8%, tendo o investimento brasileiro em Moçambique ascendido a 9,5 biliões de dólares norte-americanos na última década.

Moçambique é um dos maiores parceiros comerciais do Brasil em África, ultrapassando a média de exportações do Brasil para o resto do mundo, que se situa nos 27%, explicou Sabrina Ferraz, que também destacou o facto de os dois países terem assinado, no passado mês de Março, um acordo de cooperação e facilitação de investimentos, que visa impulsionar a internacionalização de empresas. **(FDS)**

Canal de Moçambique

Área de mangal no delta do Zambeze aumentou 4.000 hectares

Um estudo financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e realizado pelo Serviço Florestal dos EUA indica que os mangais do delta do rio Zambeze contêm, em média, 472 toneladas de carbono por hectare, estando cerca de 45-74% daquela reserva nos solos, e o restante na vegetação florestal. O estudo determinou que a área de mangal no delta do Zambeze aumentou aproximadamente 4.000 hectares ao longo dos últimos 20 anos.

Este trabalho, que foi divul-

gado na semana passada em Maputo, teve a colaboração da WWF-Moçambique, da Direcção Nacional de Terras e Florestas de Moçambique, da Universidade Eduardo Mondlane e do WWF-Alemanha.

Falando na abertura do seminário, o director da USAID em Moçambique, Alex Dickie, salientou a importância das florestas de Moçambique e também da criação de capacidades nacionais para vigiar e proteger grandes extensões de mangais do país. “As florestas de mangal também estão entre



os ‘habitats’ mais ameaçados do mundo. Moçambique tem uma das maiores redes de florestas de mangal em África e está a fazer grandes progressos para proteger este importante ‘habitat’”, disse Alex Dickie.

Os cientistas do projecto na UEM tiveram também sucesso ao receberem um financiamento da Fundação Nacional da Ciência dos Estados Unidos para instalar um laboratório de análises de carbono, que já está pronto para apoiar os projectos em curso. **(Redacção)**

Canal de Moçambique

Publicidade

No Sul de Moçambique

Bélgica financia plantio de árvores com 200.000 USD



Raimundo Moiane

Um projecto agroflorestal está a ser implementado nas províncias de Maputo, Gaza e Inhambane, financiado pelo reino da Bélgica, no valor de 200 mil dólares norte-americanos. O projecto denomina-se “Building Alarg Evergree Agriculture Network for Southern Africa”, e consiste na plantação de árvores fruteiras de forma massiva e económica e ambientalmente sustentável, nos distritos de Magude, Manjacaze e Zavala. São mangueiras, laranjeiras, tangerineiras resistentes à seca que anualmente afecta a maioria dos distritos da zona sul de Moçambique. O projecto prevê que, na época dos frutos, as árvores irão reduzir a fome e poderão servir para comercialização.

A iniciativa pretende diminuir o impacto das mudanças climáticas, sobretudo da seca, uma vez que, ao garantir que os raios solares tenham menor incidência sobre as culturas agrícolas, se possa garantir alguma produção.

“Esta é uma iniciativa que

não é só vista como uma garantia da segurança alimentar e aumento de rendimento dos produtores agrícolas, como também sustentável ambientalmente, uma vez que reduz o impacto das mudanças climáticas nos campos agrícolas”, explicou o director da IIAM.

Caso o projecto se mostre sustentável durante os cinco anos da sua duração, será estendido para outros distritos de todo o território nacional, sobretudo na zona sul, onde ocorre com certa frequência a escassez das chuvas.

Para além de Moçambique, o projecto, está a ser implementado em mais três países da África Austral, que são a África do Sul, o Malawi e o Botswana, também com financiamento da Bélgica, no valor global de um milhão e meio de euros.

Em Moçambique o lançamento do projecto foi realizado na passada sexta-feira, no distrito de Magude, província de Maputo, e espera-se que até ao fim do projecto abranja mais de 25 mil produtores familiares, que receberão mudas de fruteiras de várias espécies.

Canal de Moçambique

COMPRE UM
DECODER HD ZAP,
E LEVE O
KIT ANTENA

POR APENAS

500 MT*





LIGUE
95 500

para saber mais sobre o projecto

Todas as linhas telefónicas gratuitas

das 7:00 às 20:00

Visite-nos em www.zaptv.co.mz e siga-nos



Economia e Empresas

Em 2014

Investimento português criou 9834 novos postos de trabalho no país

Raimundo Moiane

Ao longo de 2014, pelo menos 9834 novos postos de trabalho foram criados pelo investimento directo português no país, em diversos sectores de actividade.

Os dados constam no relatório anual do Centro de Promoção de Investimento (CPI), divulgado recentemente.

No total, em 2014, Portugal investiu em Moçambique cerca de 336 milhões de dólares americanos, o que equivale a cerca do dobro do investimento feito em 2013.

Segundo o relatório do CPI, apesar deste volume de investimento, Portugal desceu da terceira para quarta posição no "ranking" dos principais investidores em Moçambique. Também diminuiu de 168 para 98 o número de projectos aprovados no país durante o ano passado.

Depois de 2009, Portugal esteve em evidência em 2014 na criação de novos postos de trabalho em Moçambique.

Quanto a sectores, o investi-



mento português ao longo do ano passado teve maior expressão na área de energia, em que atingiu 37,5% do valor global.

No sector de serviços representou 26%, a construção e obras públicas representaram 24,9%, e a indústria representou 6,2%. Para além de Maputo, a província de

Sofala tem maior concentração dos investimentos portugueses.

Quanto a postos de trabalho, o investimento português em 2014 gerou 9834 postos de trabalho (mais de metade no sector das obras públicas e construção), o que faz do investimento português o principal

empregador externo no país.

Os dados do CPI apontam ainda que, em 2014, Portugal gerou 27 postos de trabalho por cada milhão de dólares investido, o que fica acima da média de 16 dos restantes países.

O valor dos projectos de investimento directo estrangeiro apro-

vado pelo CPI ao longo de 2014 atingiu 2,4 biliões de dólares, o que corresponde a quase o dobro do valor investido em 2013, que foi de 1,3 mil milhões de dólares.

Dados do CPI referem ainda que o investimento interno em 2014 subiu, ao passar de 561 milhões de dólares, em 2013, para 2,2 mil milhões. A energia, com apenas cinco projectos aprovados pelo CPI, foi o sector que contribuiu com maior volume de investimento em 2014 (46,1% do valor total), seguido dos serviços (11,5%), dos transportes e comunicações (9,7%) e do turismo e hotelaria (8,5%).

Portugal, com 98 projectos, no valor de 336 milhões de dólares, foi o quarto maior investidor estrangeiro em 2014, numa lista liderada pelos Emiratos Árabes Unidos (com 891 milhões de dólares), as Maurícias (com 527 milhões de dólares) e a África do Sul (com 386 milhões de dólares).

A China e Portugal figuram normalmente no topo dos maiores investidores em Moçambique.

Canal de Moçambique

Até 2019

Governo quer duplicar a contribuição do sector industrial para a economia nacional

Raimundo Moiane

O Governo quer duplicar a actual contribuição do sector industrial para a economia nacional até 2019, passando dos actuais 11% para 21%.

Os dados constam no Programa Quinquenal 2015-2019, que, na passada quarta-feira, foi apresentado à Assembleia da República pelo primeiro-ministro Carlos Agostinho do Rosário.

No referido plano, que indica a agricultura como base do desenvolvimento, o Governo diz que, para a concretização da referida meta, vai promover mais produtividade e competitividade industrial através da remoção das principais barreiras que têm impedido o surgimento de mais in-

vestimentos internos e externos e de novas unidades industriais.

O Governo diz que, para o aumento da contribuição da indústria nacional para a economia do país, vai reduzir de 10 para seis dias o tempo para a tramitação de documentos para criação de pequenas e médias empresas.

O Governo espera que, com estas acções, ao longo deste quinquénio seja criado cerca de um milhão e meio de novos postos de trabalho em diferentes sectores de actividade, principalmente na área industrial.

Na esfera macroeconómica, o Governo diz que pretende manter o actual ritmo de crescimento económico de 7% por ano e uma inflação de um dígito, para per-



mitir que a maioria dos moçambicanos tenha mais capacidade de compra, visando a melhoria das suas condições de vida.

Outros objectivos do Gover-

no para o quinquénio 2015-2019 são a estabilidade cambial, a criação de incentivos para o sector bancário expandir o acesso aos serviços finan-

ceiros e a criação de agências bancárias nas zonas rurais.

O Governo diz ainda que, ao longo dos cinco anos, vai construir e reabilitar vias de acesso, para melhorar a comunicação entre as zonas de produção e de consumo.

Para o efeito, diz que vai reabilitar mais de três mil estradas que neste momento se encontram em avançado estado de degradação em diversos pontos do território nacional.

Ainda no âmbito da melhoria das condições de vida da população moçambicana, o Governo diz que vai aumentar o acesso a energia eléctrica, e prevê que, até 2019, 55 pessoas em cada 100 tenham acesso a este recurso.

Canal de Moçambique

Internacional

Espanha vai propor à ONU a criação de um tribunal especial para crimes de terrorismo

Chefes da diplomacia de uma e da outra margem do Mediterrâneo estiveram juntos pela primeira vez desde 2008. “As-salamu alaykum”, disse a representante europeia da Política Externa.

A Espanha quer que as Nações Unidas criem um tribunal internacional especializado em crimes de terrorismo. A ideia foi apresentada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros de Madrid, José Manuel García Margallo, à margem de um encontro que juntou em Barcelona representantes de quase 40 países para discutir o “jihadismo” e a imigração.

“É preciso um tribunal que seja aceitável e aceite por todos”, defendeu Margallo, num momento em que vários países da União Europeia aprovam novas leis de combate ao terrorismo, tendo em conta a quantidade de jovens europeus a caminho da “jihad” e na sequência dos atentados de Paris (em Janeiro), Copenhaga (em Fevereiro) e Tunes (em Março).

Tratar de crimes contra o terrorismo seria papel do Tribunal Penal Internacional. No entanto há “vários países importantes que não aceitem esta jurisdição”, incluindo os Estados Unidos, a China e Israel.

Entre 5000 e 6000 voluntários europeus partiram para a Síria, disse a comissária europeia da Justiça, Vera Jourova, numa entrevista publicada na segunda-feira pelo jornal francês “Le Figaro”. Jourova diz que teme que estes valores “estejam altamente subestimados”. “Assistimos a um crescimento do radicalismo junto dos nossos jovens, que são cada vez numerosos na adesão ao apelo ‘jihadista’ a norte e a sul do Mediterrâneo”, afirmou em Barcelona a Alta Representante da União Europeia para a Política Externa, Federica Mogherini.

“Os terroristas são um desafio para todos nós. E o mundo muçulmano é uma vítima como todas as outras”, disse o anfitrião deste encontro dedicado à Política Europeia de Vizinhança, o primeiro-ministro Mariano Rajoy. “Que ninguém se deixe enganar pela mentira



dos que nos falam de uma luta do Islão contra o Ocidente.”

Esta é “a mensagem que os europeus devem aprender para começar a restaurar um conhecimento intercultural importante para a prevenção de um conflito entre a Europa e o Oriente”, declarou Mogherini, depois de desejar um “as-salamu alaykum” (“que a paz esteja convosco”) aos países do Sul.

Mogherini apelou a um reforço da cooperação, já que “todos se confrontam com uma situação frágil provocada por vários conflitos armados, nomeadamente na Síria e na Líbia”. Ora, estes foram os dois grandes ausentes da cimeira. Bashar al-Assad deixou há muito de ser reconhecido como líder legítimo dos sírios, enquanto a Líbia tem dois Governos rivais e é hoje cenário de vários conflitos que opõem



Assistimos a um crescimento do radicalismo junto dos nossos jovens que são cada vez numerosos na adesão ao apelo jihadista.

milícias ou grupos que se dizem aliados da Al-Qaeda ou do auto-proclamado “Estado Islâmico”.

Vinte anos depois do lançamento do chamado Processo de Barcelona, que visava uma maior democratização e desenvolvimento económico nos países da margem sul, e sete anos depois da iniciativa “União para o Mediterrâneo”, lançada pelo então presidente francês, Nicolas Sarkozy, há um entendimento geral de que estes processos falharam na concretização dos seus maiores objectivos e de que a política europeia para o Sul está desactualizada.

O encontro de Barcelona, onde estiveram enviados da Argélia, Marrocos, Tunísia, Líbano, Israel, Jordânia, Egito e Autoridade Palestiniana, serviu também para começar a debater uma reforma mais profunda

desta política, já exposta num documento especialmente crítico, publicado no início de Março pela Comissão Europeia, e promovido por Mogherini e pelo comissário para a Política de Vizinhança, Johannes Hahn.

O texto, revela o jornal espanhol “El País”, centra-se na ideia de que a União Europeia não pode tratar os vizinhos como um bloco homogéneo de nações, e deveria ter uma abordagem mais pragmática, tendo em conta as particularidades e aspirações de cada um. Um dos pontos potencialmente controversos na margem norte é aquele que questiona o princípio de condicionalidade, que hoje faz (em princípio) depender a colaboração europeia dos progressos democráticos alcançados por cada país. **(Público)**

Canal de Moçambique

Internacional

Obama e Castro estiveram reunidos, mas há um longo caminho para a reconciliação

Mas pareceu mais próxima no final do encontro, o primeiro em mais de 50 anos.

O presidente dos Estados Unidos da América, Barack Obama e o seu homólogo cubano, Raúl Castro, mantiveram um encontro no passado sábado (dia 12) com vista à reconciliação. As relações entre Washington e Havana estão cortadas há mais de 50 anos. O encontro é visto por muitos como um passo importante para a reconciliação, apesar de as partes considerarem que ainda há um longo caminho a percorrer. O frente-a-frente decorreu à margem da Cimeira das Américas.

Diz-se que o encontro não estava programado. O primeiro sinal de aproximação entre Cuba e os EUA deu-se quando Obama apertou a mão a Castro, em Dezembro de 2013. Nessa altura, o mundo não supôs que houvesse qualquer indício de aproximação entre os EUA e o seu adversário da Guerra Fria. O aperto de mão aconteceu em Joanesburgo, na cerimónia de homenagem a Nelson Mandela. O vice-conselheiro de Segurança Nacional de Obama, Ben Rhodes, disse, na altura, que se tratou de “apenas um aperto de mão”. Mais tarde ficou-se a saber que antes do simples “aperto de mão” decorriam negociações secretas. E quem liderava os contactos era o próprio Rhodes (que chamou à saudação entre Obama e Castro “um simples aperto de mão”), um dos mais próximos de Obama.

Obama autorizou conversações de alto nível no início de 2013. Para as conversações, Obama designou dois dos seus colaboradores na Casa Branca, Ben Rhodes e Ricardo Zúñiga, director de assuntos do hemisfério ocidental no Conselho de Segurança Nacional.

Os contactos iniciais foram feitos através das secções de interesses mantidas pelos dois países nas respectivas embaixadas na Suíça, e das missões dos EUA e de Cuba nas Na-



Tanto Raúl Castro como Barack Obama deixaram claro que existem várias divergências entre os EUA e Cuba, mas que, apesar disso, há optimismo para a reaproximação

W *Concordámos que podemos continuar a dar mais passos em frente que façam progredir os nossos interesses mútuos.*

ções Unidas, em Nova Iorque. As iniciativas tiveram o apoio do Canadá e do Vaticano.

Segundo um responsável conhecedor das conversações, houve cerca de sete reuniões secretas entre os EUA e representantes cubanos, iniciadas em Junho de 2013 em Otava.

A reunião do passado sábado A reunião durou cerca de uma hora. No final, Obama e Castro disseram que, apesar das divergências entre os dois países, houve entendimento suficiente para se avançar com a aproximação diplomática. “Os nossos Governos continuarão a ter divergências”, afirmou o presidente dos Estados Unidos numa conferência de imprensa. “Mas, ao mesmo tempo, concordámos que podemos continuar a dar mais passos em frente, que façam progredir os nossos interesses mútuos”, acrescentou.

O encontro foi simbólico e o optimismo que dele resultou também: não foram anunciadas

quaisquer decisões concretas e, no final da Cimeira das Américas, Cuba ainda se mantinha na lista norte-americana de países patrocinadores de terrorismo, algo que Obama prometeu analisar ao longo dos próximos dias e que Cuba exige que se altere para se avançar com a instalação de embaixadas em ambos os países. Em todo o caso, este foi ponto que ficou definitivamente acordado durante o encontro, segundo transmitiram fontes da Administração norte-americana ao “New York Times”.

Um optimismo simbólico e cauteloso, nas palavras de Obama e no tom das declarações de Raúl Castro, mas que parece ter criado condições para que o processo de aproximação avance. Depois da conversa “candida e frutífera” com o líder cubano, o primeiro face-a-face oficial em mais de 50 anos entre os chefes de Estado dos dois países, o presidente dos Estados Unidos disse que crê que estão

reunidas as condições para a reconstrução das relações diplomáticas entre Cuba e EUA.

“Estou cautelosamente optimista”, afirmou Obama, depois do encontro. O presidente dos EUA disse também que tem esperança que o projecto de aproximação entre os dois países “reafirmado aqui na Cimeira das Américas, leve a um futuro diferente para a população cubana e a uma relação diferente com os Estados Unidos”.

Um sinal que foi repetido pelo presidente de Cuba, Raúl Castro. Na primeira intervenção de Cuba na Cimeira das Américas, o irmão e sucessor de Fidel Castro já havia afirmado que Obama era “um homem honesto” e, num tom surpreendentemente reconciliador, que este também não tinha “responsabilidade alguma pelas políticas da Guerra Fria ou pelo bloqueio [comercial]”. Sobre o encontro

(Continua na página seguinte)

Internacional

Hillary Clinton quer suceder Barack Obama na Casa Branca

Candidata democrata à presidência vai dar prioridade ao contacto directo com os eleitores e aos encontros informais, na fase de aquecimento da campanha.

A ex-secretária de Estado dos Estados Unidos da América Hillary Clinton anunciou no passado domingo (dia 12) através da rede social Twitter a sua candidatura à nomeação democrata para as eleições presidenciais de 2016 nos EUA.

“Vou entrar no trilho da campanha para ganhar o vosso voto”, escreveu a ex-secretária de Estado.

Clinton já trabalha. Depois do anúncio, partiu com os seus conselheiros da sua casa, em Nova Iorque, numa carrinha que foi baptizada pelos seus apoiantes como “Scoobie Doo”, a caminho do Iowa, onde vai manter contacto pessoal com o eleitorado. Em Iowa, está marcado um encontro com professores e estudantes universitários na cidade de Monticello e uma mesa redonda com pequenos empresários em Norwalk (ambos vedados à imprensa).

Para os analistas o grande desafio de Clinton será acertar a “narrativa” da campanha, que terá de acentuar as diferenças políticas entre Clinton e o actual presidente sem esconjurar as



A candidatura de Hillary Clinton foi anunciada através do Twitter

suas políticas e agenda progressista ou alienar as bases liberais. A conjuntura política é adversa: depois de dois mandatos de Obama, os ventos da mudança sopram do lado dos republicanos.

A corrida à nomeação republicana está, por enquanto, mais emocionante e competitiva, com

três candidatos já declarados (Rubio, Ted Cruz e Rand Paul) e vários candidatos a candidato. Jeb Bush, o antigo governador da Florida, filho e irmão mais novo, respectivamente, dos dois presidentes Bush, é uma opção garantida. Mas, além dele, podem voltar a lançar-se Mike

Huckabee e Rick Santorum e também os governadores Scott Walker e Chris Christie. Na votação, prevalecerá o concorrente que os conservadores acharem que tem melhores hipóteses de vencer um duelo com Clinton.

Por enquanto, Hillary apenas tem de se defender dos ataques

da oposição. Supõe-se que a imprensa americana passe a seguir com maior agressividade os seus prováveis adversários pela nomeação democrata, nomeadamente o ex-senador da Virginia, Jim Webb, o ex-governador do Maryland, Martin O'Malley, o antigo senador e governador de Rhode Island, Lincoln Chafee. Nenhum deles oficializou ainda a candidatura, mas já lançaram comités de acção política para explorar essa possibilidade.

Enquanto permanecer sozinha na corrida, Hillary concentrará em si todos os ataques e também todo o escrutínio. Clinton está habituada à pressão, depois de mais de duas décadas de vida pública debaixo dos holofotes. Muitos comentadores encaram essa exposição contínua como um trunfo e como um dilema para os seus opositores, que dificilmente conseguirão surpreender os eleitores com algum facto ou história da vida da candidata que não tenha já sido divulgado e analisado anteriormente. **(Redacção/Público)**

Canal de Moçambique

(Continuação da página anterior)

a dois, Raúl Castro apontou para a mesma abertura e para o mesmo optimismo cauteloso de que antes falara Obama.

“Estamos dispostos a falar de tudo, mas precisamos de ser pacientes, muito pacientes”, afirmou o líder cubano, que concluiu com um tom de esperança para as relações entre os dois países: “É possível que hoje discordemos em algo sobre o qual amanhã poderemos estar de acordo”.

Obstáculos, sim, mas aproximação

“Muita gente pensa que estão para chegar alterações marcantes. Eu não creio que elas aconteçam num futuro imediato”, escreve no diá-

rio britânico “The Guardian” o curador e poeta cubano Tomas Aquilino Sanchez.

Com efeito, mesmo que se avance com a instalação de embaixadas em ambos os países, existe ainda um longo caminho para que as relações possam colmatar a grande distância criada entre os dois países ao longo da Guerra Fria. Mesmo que Obama afirme, como o fez sábado na cimeira, que “[a Guerra Fria] terminou há muito tempo”.

“Não estou interessado em ter batalhas que, francamente, começaram antes de eu ter nascido”, disse Barack Obama em resposta ao presidente do Equador, Rafael Correa.

Rafael Correa falava especificamente do embargo comercial dos EUA a Cuba, um dos

pontos centrais nas relações diplomáticas entre ambos. Segundo o “The New York Times”, Raúl Castro frisou este ponto ao longo da reunião. Ele e Obama estão de acordo em relação ao levantamento do embargo a Cuba, mas a decisão cabe ao Congresso norte-americano, no qual a maioria é composta por membros do Partido Republicano que se opõem à aproximação dos laços diplomáticos.

E podem ainda surgir mais entraves de ambos os lados. “Em primeiro lugar, porque o Governo cubano estabeleceu limites para a mudança”, escreve Tomas Aquilino Sanchez no “Guardian”. Depois, como escreve no “El País” Héctor Schamis, conselheiro académico do Centro de Abertura e

Desenvolvimento da América Latina, porque o mandato de Obama termina em 2017 e há o risco de uma Administração futura retroceder na abertura a Cuba. “Obama é agora o narrador, ainda que deixe de o ser até Janeiro de 2017. E a América Latina não parece saber o que dizer nem o que fazer”.

Por enquanto, a aproximação entre os dois países poderá ser sobretudo económica. Segundo Vanessa Buschschluter, editora da BBC para a América Latina, o tom principal do encontro entre Obama e Castro foi a reafirmação de que as relações económicas entre os dois países podem ser normalizadas apesar das divergências entre os dois. “A mensagem foi clara: temos as nossas divergências,

mas podemos fazer negócios um com o outro”, escreveu.

Essas divergências recaem também sobre os Direitos Humanos em Cuba. As mesmas divergências que estão na base da tensão entre os Estados Unidos e a Venezuela, por exemplo, uma tensão que ficou em segundo plano ao longo da cimeira. O presidente dos EUA apontou para isso mesmo no fim da sua reunião com Raúl Castro.

“Temos visões muito diferentes sobre como uma sociedade deve estar organizada. E eu fui muito directo com ele [Raúl Castro]. Os EUA não vão parar de falar sobre Direitos Humanos, liberdade de expressão e liberdade de imprensa”, disse Obama. **(Redacção)**

Canal de Moçambique

Internacional

Governo de Dilma Rousseff volta ser alvo de protestos em 400 cidades do Brasil

Mas agora com menos manifestantes do que no dia 15 de Março.



Um mês depois de mais de um milhão e meio de pessoas terem saído à rua no Brasil, em protesto contra o Governo de Dilma Rousseff, a presidente do Brasil enfrentou no passado domingo (dia 12) mais uma vaga de contestação.

Os protestos são semelhantes aos do dia 15 de Março, só que agora com menos manifestantes. Fala-se de milhares.

O maior protesto registou-se em Brasília, onde a Polícia Militar contou 25 mil manifestantes, praticamente metade dos 45 mil que as autoridades identificaram no mesmo local em Março. Segundo o portal “G1”, da Rede Globo, que somou os números oficiais da Polícia Militar para as manifestações até ao final da tarde de domingo contaram-se 140 mil manifestantes. Citando um assessor não identificado do Governo de Dilma, o jornal “O Globo” dizia, a meio da tarde, que o Governo ficara “aliviado” com a queda dos números de manifestantes.

Mas ainda se esperavam os

números oficiais para a manifestação em São Paulo, que foi o ponto fulcral dos protestos de há um mês. Só na Avenida Paulista, o instituto Datafolha contou 210 mil manifestantes em Março, uma avaliação que colidiu então com a estimativa oficial da Polícia Militar, que apontava para mais de um milhão de pessoas.

Tudo aponta, contudo, para

que os protestos de domingo tenham menos impacto do que os de Março. A fórmula foi a mesma: a convocatória foi organizada por vários grupos de cidadãos e tem como centro dos protestos o grande caso de corrupção na empresa petrolífera do Estado, a Petrobras, que é associado a Dilma Rousseff e ao seu Partido dos Trabalhadores.



O clima que envolve a presidência de Dilma Rousseff mantém-se essencialmente o mesmo desde os protestos do dia 15. O Governo respondeu às manifestações de Março com um conjunto de medidas anticorrupção, mas, apenas três dias depois dos protestos, a sua popularidade afundava para níveis nunca antes atingidos. O instituto de sondagens Datafolha anunciou então que 62% dos brasileiros estavam insatisfeitos com Dilma Rousseff – a pesquisa deste domingo apontou 60% –, valores muito próximos dos 68% que tinham a mesma opinião sobre Fernando Collor de Mello em 1992, quando este se demitiu do cargo de presidente do Brasil no âmbito de um processo de corrupção que precipitou um processo de destituição.

Desde Março, as investigações sobre a gigantesca rede de corrupção na Petrobras avançaram e o cerco apertou-se ao tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, Vaccari Neto, e a mais

um ex-director da petrolífera, Renato Duque, nomeado para o cargo pelo Partido dos Trabalhadores. O Ministério Público formalizou as acusações de corrupção contra ambos e deteve pela segunda vez Renato Duque.

Apesar disto, Dilma Rousseff mantém-se relativamente distante dos desenvolvimentos do escândalo da Petrobras, conhecido no Brasil por “Lava-Jato”, o nome da investigação. Caso esta termine sem visar directamente Dilma Rousseff, o consenso é de que a figura jurídica do “impeachment” tenha uma aplicação muito difícil.



Só na Avenida Paulista, o instituto Datafolha contou 210 mil manifestantes em Março.

No entanto, segundo os dados divulgados pelo Datafolha no domingo, 63% dos brasileiros acreditam que a investigação da “Lava-Jato” já produziu resultados suficientes para que seja aberto um processo de destituição de Dilma Rousseff.

No rescaldo das manifestações de 15 de Março, uma das principais linhas de defesa do Governo de Dilma foi a de identificar nos protestos um clima de “golpismo”, nas palavras do secretário-geral da Presidência, Miguel Rossetto, surgido, segundo ele, do “impeachment” infundado que atinge a democracia”. **(Redacção/Público)**

Canal de Moçambique

Morreu o Nobel da Literatura alemão Günter Grass

O autor de “O Tambor de Lata” (1959), considerado por muitos a mais importante figura literária alemã do pós-guerra, tinha 87 anos.

Morreu aos 87 anos o escritor alemão Günter Grass. A informação foi divulgada na passada segunda-feira (dia 13) pela sua editora Steidl. O Prémio Nobel da Literatura morreu no hospital da cidade de Lübeck, na Alemanha.

Há poucos dias, tinha acabado de terminar um livro de contos, poemas e desenhos, estava “cheio de planos literários” para o futuro próximo, e a sua morte apanhou os mais próximos de surpresa, disse a directora do Instituto Alemão em Lisboa, Claudia Hann-Rabe, que logo após a morte do escritor falou com a sua secretária. “Estava de férias, voltou a Lübeck para se tratar desta infecção respiratória, tomou antibióticos durante um dia ou dois, e morreu de forma completamente inesperada”, diz Claudia Hann-Rabe.

Ainda segundo as informações recolhidas pela directora do Instituto Alemão de Lisboa, o funeral de Günter Grass será uma cerimónia “muito privada”, mas está já a ser preparada uma sessão oficial de homenagem ao escritor, que deverá ocorrer no dia 1 de Maio, data ainda sujeita a confirmação. “Isto é muito triste. Um verdadeiro gigante, inspiração e amigo”, escreveu no Twitter o escritor Salman Rushdie.

Günter Grass foi ao longo da vida uma personagem controversa, algumas vezes contraditória, mas sempre com o cuidado (ou foi o acaso que assim o quis) de não se afastar muito daquilo que é “politicamente correcto” para o momento. Grass, um homem de esquerda, que no debate público sempre criticou ferozmente os defeitos da Alemanha, foi visto por muitos, durante mais de 30 anos, como uma espécie de “consciência moral da nação alemã”.

A publicação do primeiro volume da sua autobiografia “Descascando a Cebola” (Casa das Letras, 2007), que descreve o período entre 1939 e 1959, quase atingiu a dimensão de escândalo nacional, com a revelação de que, aos 17 anos de idade, se alistara voluntariamente nas SS. Mas a sua “honestidade tardia”, como alguns lhe chamaram, acabou por



Na cerimónia de entrega do Prémio da Paz, dos Livreiros alemães, ao escritor turco Yasar Kemal, no final da Feira do Livro de Frankfurt em 1997

não manchar muito a imagem dos que sempre o viram como uma figura livre e desassombrada perante os traumas alemães.

Depois de “Descascando a Cebola”, o escritor alemão escreveu “A Caixa” (Casa das Letras, 2009), para continuar a falar da sua vida, agora centrando-se mais no campo familiar e não no político. Günter Grass escreveu



A minha geração parece ser a última que foi activa política e socialmente.

aqui sobre o período entre 1959 e 1999, ano em que lhe é atribuído o Nobel, por retratar “a face esquecida da história”. Segundo a Academia Sueca, Günter Grass concedeu um novo começo à literatura alemã, “depois de décadas de destruição linguística e moral”.

Em 2011, com a publicação do terceiro volume da autobio-

grafia, ainda inédito em português, “Grimms Wörter. Eine Liebeserklärung” (“As Palavras dos Grimm. Uma declaração de amor”), o escritor deu por terminada a sua longa actividade literária. Precocemente, como se constata pelo novo livro que afinal escreveu e deixou pronto a publicar. Aquando da apresentação de “Grimms Wörter” em Bamberg (uma pequena cidade no Norte da Baviera), disse, numa entrevista ao “Público”: “Falta-me o ânimo para escrever. Acabou o meu prazo de validade. Já escrevi tudo. Na minha idade, já se começa a ficar surpreendido quando chegamos à próxima Primavera. E eu sei o tempo que um livro pode demorar a escrever”. Mais adiante, deixou uma mensagem para os jovens escritores: “A minha geração parece ser a última que foi activa política e socialmente. Os escritores mais jovens, especialmente os da última geração, parecem já não querer saber. Fazem mal, porque há cada vez mais temas onde poderiam ser úteis intervindo. E muitas razões para o fazerem”.

Membro da Academia das Artes de Berlim, Günter Grass, que ganhou o reconhecimento internacional com “O Tambor de Lata”, publicado em 1959, recebeu,

além do Nobel, o Prémio Literário “Príncipe das Astúrias”, o Prémio Internacional “Mondello” e a Medalha “Alexander-Majakovsky”.

O “Tambor de Lata” é o primeiro volume da chamada “Trilogia de Danzig” (os outros são “O Gato e o Rato” e “O Cão de Hitler”), em que Grass recria com ironia e humor cáustico o ambiente da sua cidade natal, Danzig (actualmente a cidade polaca de Gdansk), antes e durante a II Guerra Mundial.

Na Alemanha, o escritor, ao longo da sua vida, discutiu ideias veementemente, sobretudo as do chanceler Helmut Kohl sobre a reunificação alemã, mas sempre invocando argumentos “fáceis” e que caíam bem a muitos, sobretudo os que receavam a mudança, argumentos como o de que a divisão alemã foi uma maneira de proteger a Alemanha de si própria e, ao mesmo tempo, uma espécie de punição pelo Holocausto: “[...] face a Auschwitz, o pretendo direito à unidade alemã, no sentido de uma nacionalidade reunificada, não pode senão fracassar”, escreveu num ensaio. De entre todas as afirmações feitas na época, a que esteve mais perto da “in correcção” política talvez tenha sido a de pôr em causa a legitimidade democrática do

Bundestag, o parlamento alemão, para decidir sobre a unificação.

Grass foi um homem atormentado pelas possibilidades catastróficas da História (o futuro não lhe viria a dar razão). Com o passar do tempo, tornou-se cada vez mais um homem só no seu próprio partido, o SPD. O próprio Willy Brandt, ora falava em “Confederação de Estados” à maneira suíça, ora em integração do Leste no Ocidente.

Em 2012, foi considerado “persona non grata” por Israel, depois de ter comparado a acção deste país com os regimes ditatoriais. Ficou proibido de entrar naquele país, tendo recebido até críticas dos próprios alemães. Houve mesmo um pedido à Academia Sueca, que foi rejeitado, para que fosse retirado o Nobel da Literatura ao escritor.

Também em 2012, o escritor publicou um poema de apoio à Grécia. Chamou-lhe “A Vergonha da Europa”, e não se conteve nas críticas à atitude da chanceler alemã Angela Merkel. O Nobel da Literatura lembrava a história da Grécia, a quem a Europa muito deve. “Tu vais definir privada de alma, sem o país que te concebeu, tu, Europa”, escreveu Günter Grass, num poema com 12 estrofes de dois versos cada. **(Público)**

Canal de Moçambique

Canal de Moçambique

Canal
de Moçambique

Procura de agentes de vendas

A empresa **Canal i, Lda** procura agentes em Maputo-cidade e em todas as províncias do país que estejam interessados em revender o jornal **Canal de Moçambique**. Os interessados deverão contactar os nossos serviços comerciais por **email**: veloso.f2@gmail.com ou por **telefone**: 82 3672025 | 84 2120415 | 82 8405012



publicidade

www.canalmoz.co.mz

Quarta-Feira, 15 de Abril de 2015

Av. Samora Machel n°11 | Prédio Fonte Azul, 2º andar, Porta4 | canal.i.canalmoz@gmail.com

Vergonhoso teatro policial

Já não há cidadão branco entre suspeitos do assassinato de Gilles Cistac

Depois do assassinato de Gilles Cistac, no dia 3 de Março passado, o “Canal de Moçambique” foi informado por fontes policiais que a Polícia da República de Moçambique recebera “ordens superiores” para mentir publicamente e anunciar que quem disparou contra Gilles Cistac era um cidadão de raça branca. A empreitada visava fugir às responsabilidades políticas que recaíam sobre o partido Frelimo, que havia lançado uma campanha de racismo e ódio contra Gilles Cistac, através do braço intelectual desse partido, o G40, nos órgãos de comunicação social públicos.

E foi o que aconteceu. Na tarde do mesmo dia, Arnaldo Chefo porta-voz da Polícia da República de Moçambique, convocou a imprensa, naquilo que foi a primeira reacção do Estado moçambicano, para anunciar que Gilles Cistac foi assassinado por indivíduos que se deslocavam num carro. Segundo afirmou Arnaldo Chefo, o indivíduo que disparou era “um cidadão de raça branca”. Com esta declaração, ficava confirmado o que a nossa fonte já nos tinha comunicado.



Arnaldo Chefo, porta-voz da Polícia da República de Moçambique

Agora, na segunda-feira, a Polícia moçambicana convocou a imprensa para anunciar a detenção de dois suspeitos de estarem envolvidos no assassinato de Gilles Cistac. Segundo Arnaldo Chefo, são eles Lúcio Manuel e Arsénio Nhaposse. Já foram apresentados ao Tribunal Judicial da cidade de Maputo e o tribunal

legalizou a prisão dos mesmos na passada sexta-feira.

Questionado sobre os outros dois que teoricamente faltam para perfazer quatro, Chefo disse que há pistas, mas acontece que nenhum dos dois que faltam é de raça branca. Tal informação entra em contradição total com o que o mesmo porta-voz ha-

via anunciado no dia do assassinato de Gilles Cistac. Portanto já não há “cidadão de raça branca” envolvido.

Na informação divulgada por Arnaldo Chefo na segunda-feira, há todos os condimentos para ser mais uma burla. Por exemplo, Chefo não disse à imprensa a data exacta e as circunstâncias da deten-

ção dos suspeitos. Não disse em que bairro foram detidos. Só disse que “foram detidos”.

Um outro detalhe que torna todo o enredo mais nebuloso ainda, e com cunho de invenção, é o facto de, na segunda-feira, a Polícia não ter violado o princípio de presunção de inocência, pois não apresentou os suspeitos. Habitualmente, sempre que há um suspeito em crimes de grande divulgação pública, a Polícia tem violado o princípio legal de presunção de inocência e tem apresentado os suspeitos aos órgãos de comunicação e até segura a face dos suspeitos para serem filmados e entrevistados.

Desta vez, a Polícia não apresentou os suspeitos e não explicou quando é que foram detidos, onde e em que circunstâncias.

“Agradecia que tivessem alguma paciência. Assim que as condições tiverem sido criadas, terão a oportunidade de testemunhar os detidos. Há um trabalho que está sendo feito com vista a localizar todos os elementos que fazem parte da quadrilha que cometeu este crime”, disse Arnaldo Chefo. **(Redacção)**

Canal de Moçambique

publicidade

Publicite a sua marca aqui.

Contacto: 82 36 72 025 | 84 21 20 415